

ISSN 1415-2061  
Qualis C – Engenharias IV

# REVISTA DO CCEI

Centro de Ciências da Economia e Informática

Volume 9 - Número 16  
AGOSTO 2005

BAGÉ - RS  
EDITORIA DA URCAMP - EDIURCAMP

Rev. CCEI	BAGÉ - RS	V.9	N.16	Ago. 2005
-----------	-----------	-----	------	-----------

## REVISTA DO CCEI

ISSN 1415-2061

Revista do Centro de Ciências da Economia e Informática da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Bagé, RS, é uma publicação regular, de divulgação técnico-científica, editada pela Editora da URCAMP - EDIURCAMP.

### URCAMP - Universidade da Região da Campanha

**REITOR:**

Prof. Francisco Arno Vaz da Cunha

**VICE-REITORA ACADÊMICA:**

Prof. Virgínia Brancato de Brum

**VICE-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO:**

Prof. João Paulo Lunelli

**PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO:**

Prof. Norton Victor Sampaio

**PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

Prof. Angelina Feltrin Quintana

**DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ECONOMIA E INFORMÁTICA:**

Prof. Ênio Del Geloso Nocchi

**COORDENADOR DO CURSO DE INFORMÁTICA (*campus* Bagé):**

Prof. Cláudio Sonáglia Albano

**COORDENADOR DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS e TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS**

(*campus* Bagé):

Prof. Eduardo Roman Souza

**COORDENADOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO (*campus* Bagé):**

Prof. Antônio Ibanez Zago dos Santos

CAPA: Marsal Alves Branco

REVISÃO: Marialda Silveira Monteiro

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: CECOM - Centro de Comunicações URCAMP

Toda correspondência sobre assuntos ligados à Revista do CCEI deverá ser enviada para:

Universidade da Região da Campanha - URCAMP  
Centro de Ciências da Economia e Informática  
Av. General Osório, 2289  
Cep 96400-101 - Bagé - RS - Brasil  
revista@ccei.uncamp.tche.br

É permitida a reprodução com menção da fonte de artigos sem reserva de direitos autorais.

Aceita-se permuta.

Revista do CCEI / Universidade da Região da Campanha. v.1 n.1  
(out.1997). - Bagé: URCAMP, 1997-  
1415-2061  
Semestral

2005. v.9 n.16

1. Economia - Periódicos. 2. Informática - Periódicos. 3. Administração  
de Empresas - Periódicos.

Catálogo Sistema de Bibliotecas/URCAMP

## REVISTA DO CCEI

v.9, n.16, 2005

### *Conselho Editorial:*

Prof. Ênio Del Geloso Nocchi, MSc. – Diretor do CCEI  
Prof. Cláudio Sonáglia Albano, MSc. – Coordenador do Curso de Informática  
Prof. Eduardo Roman Sonza – Coordenador do Curso de Ciências Contábeis  
Prof. Antônio Ibanez Zago dos Santos – Coordenador do Curso de Administração

### *Editora-Chefe:*

Profª. Lóren Pinto Ferreira Gonçalves, MSc.

### *Assessores Técnicos:*

Bibl. Maria Bartira N. Costa Taborda  
Profª. Marialda Silveira Monteiro  
Bibl. Nelci Maria Birk Jeismann

### *Revisores Técnicos que participaram desta edição:*

Profª. Alessandra de Linhares Jacobsen, Drª. – UFSC  
Prof. Álvaro Manuel Reis da Rocha, Dr. – Universidade Fernando Pessoa  
Prof. Antonio Marcos Favarin, Dr. – PUC - Campinas  
Prof. Argemiro Luis Brum, Dr. - UNIJUÍ  
Profª. Daniela Giffoni Marques, Drª. – URCAMP  
Prof. Fernando Santos Osório, Dr. – UNISINOS  
Prof. Francisco Correia de Oliveira, Dr. - UNIFOR  
Prof. Heitor Augustus Xavier Costa, Dr. – UFLA  
Prof. Jacques Duílio Brancher, Dr. – URI – Campus de Erechim-RS  
Prof. João Fernando Marar, Dr. - UNESP  
Prof. José Ednilson de Oliveira Cabral, Dr. - UNIFOR  
Prof. José Rubens Damas Garlipp, Dr. - IEUFU  
Profª. Lília Maria Vargas, Drª. – UFRGS  
Prof. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele, Dr. - UNIFOR  
Profª. Silvia Generali da Costa, Drª. – UFRGS  
Prof. Victor Paulo Kloeckner Pires, Dr. - URCAMP

## **EDITORIAL**

Nesta edição, gostaríamos de exaltar o esforço realizado pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP, em manter a continuidade da Revista do CCEI, apostando no trabalho que o Centro de Ciências da Economia e Informática vem desenvolvendo no sentido de incentivar e divulgar a pesquisa científica.

Há poucos dias, ocorreu um incêndio que destruiu o Parque Gráfico da URCAMP, onde era impresso todo o material editado e utilizado por essa instituição, porém a Revista do CCEI não deixará de ser impressa e distribuída às centenas de bibliotecas, instituições e pesquisadores, como de costume, porque essa Universidade, apostando em nosso trabalho e na importância da pesquisa científica, mesmo atravessando dificuldades financeiras, decidiu imprimir os exemplares desta Revista em uma empresa terceirizada, para que possamos continuar a nossa busca pela indexação e reconhecimento desta publicação.

Aproveitamos para destacar a nossa satisfação quanto ao aumento no número de artigos recebidos na área contábil, a qual era a menos privilegiada nesta Revista, por falta de artigos submetidos. Esperamos que esse número continue crescendo, em todas as áreas, a cada edição.

Nesta edição, a Revista do CCEI publica 5 artigos, abordando assuntos de interesse dos cursos que compõem o Centro de Ciências da Economia e Informática, a saber: Administração, Ciências Contábeis e Informática.

A todos uma boa leitura!

Prof<sup>a</sup>. Msc. Lóren Pinto Ferreira Gonçalves  
Editora-Chefe da Revista do CCEI

## SUMÁRIO

A discussão da formação do estado brasileiro segundo Caio Prado Jr e Celso Furtado: interpretação e análise comparativa; ALBERTI, R. L.; MIELITZ NETTO, C. G. A. ....	07
Atividades não agrícolas como perspectiva de desenvolvimento no município de Santana do Livramento; ANDRADE, J. J. ....	19
Impacto da intangibilidade e suas dimensões no risco percebido no consumo de produtos e serviços; BRAMBILLA, F. R. ....	30
A escrituração contábil conforme o novo Código Civil; DORNELES, J. L. R.; BARICHELLO, S. E. ....	41
O que é Geomática?; LEÓN, M. E. S.; MADRUGA, P. R. A. . ....	49



# A DISCUSSÃO DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SEGUNDO CAIO PRADO JR E CELSO FURTADO: INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA

*Raquel Lorensini Alberti<sup>1</sup>*

*Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este texto busca interpretar analiticamente como Caio Prado Jr e Celso Furtado analisam a formação econômica do Brasil. Além disso, procura fazer uma breve análise comparativa entre os autores. O texto está dividido em três seções: a primeira, ocupa-se, então, da análise da interpretação de Caio Prado Jr; a segunda, a interpretação de Celso Furtado, e a terceira, já concluindo, busca fazer a “análise comparativa” entre os autores. A interpretação, mesmo que breve, permite concluir que embora por “caminhos distintos” e com diferentes nuances, as interpretações de Caio Prado Jr e Celso Furtado, conjugam para um mesmo ponto, ou seja, de que o processo de formação do Brasil e sua “condição” de dependência externa provocam uma “reversão neo-colonial”. Recusando o conformismo de quem pensa que o Brasil não tem outra alternativa a não ser aceitar os “condicionantes” do sistema capitalista mundial, Caio Prado Jr. e Celso Furtado destacam a necessidade urgente de mudança.

**Palavras-chave:** Formação Econômica do Brasil, Caio Prado Jr, Celso Furtado.

## TITLE

***THE DISCUSSION ABOUT THE FORMATION OF THE BRAZILIAN STATE ACCORDING TO  
CAIO PRADO JR AND CELSO FURTADO: INTERPRETATION AND COMPARATIVE ANALYSES***

## ABSTRACT

*This text seeks to analytically interpret how Caio Prado Jr. and Celso Furtado analyse the economical formation of Brazil. Moreover, it brings a brief comparative analysis of the two authors. The text is divided into three parts: the first part presents an analysis of the interpretation of CAIO PRADO JR; the second, the interpretation of CELSO FURTADO; and the last one presents a comparative analysis between these authors. The interpretation, even if brief, allows us to conclude that, although by “distinct ways” and different nuances, the interpretations of Caio Prado Jr. and Celso Furtado converge to the same point, that is, the process of formation of Brazil and its “condition” of external dependence provoke a “neo colonial reversion”. Refusing the conformism of those who think Brazil has no alternatives other than to accept the “conditions” of the world capitalist system, Caio Prado Jr. and Celso Furtado emphasize the necessity of an urgent change.*

**Keywords:** *Economical Formation of Brazil, Caio Prado Jr, Celso Furtado.*

## 1 INTRODUÇÃO

As interpretações sobre a formação econômica do Brasil procuram explicar as contradições que conformam o estado brasileiro. Tratam de identificar de que maneira a

---

1 Professora do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA – Área de Ciências Sociais Aplicadas. Acadêmica do curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Rua Barão do Triunfo, 1420 apto 504 – Santa Maria, CEP 97015-070. E-mail: raquel@unifra.br.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS- Avenida João Pessoa, 31 – Porto Alegre – RS - 90040-000. Email: mielitz@ufrgs.br.

herança colonial influenciou a inserção da economia brasileira na órbita da expansão do capitalismo mundial. A preocupação dos intérpretes do Brasil é encontrar as especificidades dos nossos problemas históricos e suas possíveis soluções.

Visa-se, neste trabalho, examinar como Caio Prado Jr. e Celso Furtado interpretam a formação histórico-econômica do Brasil, destacando principalmente os pontos em que os autores coincidem. Partindo de perspectivas distintas os dois autores convergem para um diagnóstico comum, ou seja, a contradição entre capitalismo dependente e formação do estado, geraram antagonismos. A escolha de tais autores refere-se ao fato de os mesmos trabalharem especificidades da formação da sociedade brasileira, ou seja, o que tem de próprio, de específico e de singular no movimento mais geral do capitalismo. A seguir, sistematizar-se-á a linha de argumentação dos dois autores, e se fará uma breve análise comparativa.

## **2 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - CAIO PRADO JUNIOR<sup>3</sup>**

Caio Prado Jr. preocupado em entender os movimentos de longa duração que condicionam a formação do Brasil, ressalta que para compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo<sup>4</sup> para antes de seu início, e indagar as circunstâncias que a determinaram. E para compreender o Brasil contemporâneo: “... *precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade*” (Prado Jr, 1996, p.10).

Para Caio Prado Jr., o movimento secular de transição do Brasil colônia para o Brasil nação é a linha mestra que dá sentido à formação histórico-econômica do Brasil: “... *o jogo das contradições entre o passado colonial que resiste e as forças de renovação que impulsionam o país por novos rumos, resulta o processamento de nossa evolução econômica*” (Prado Jr., 1967, p.297).

Sendo assim, compreender o processo geral que vai do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã, é a tarefa que constitui precisamente a essência da revolução brasileira. As principais fases desse processo, segundo Caio Prado Jr., referem-se à independência política; à supressão do tráfico africano, e aos dois corolários que daí

---

<sup>3</sup> Caio Prado Jr. faz parte da chamada Geração de 30. Ele escreveu a primeira obra brasileira Marxista. Na verdade toda obra de Caio Prado Jr. pode ser situada entre o marxismo “oficial” (PCB) e o marxismo acadêmico (USP - Florestan Fernandes), ou seja, é um “meio-termo” entre estes dois extremos.

<sup>4</sup> A respeito da necessidade de recuar no tempo, Caio Prado Jr., explicita no prefácio da primeira edição da obra: *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império* (1999, p. 07): “Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituição de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior”.

derivam diretamente, a imigração de trabalhadores europeus a partir sobretudo do final do século XIX, e a abolição do trabalho escravo.

A análise de Caio Prado Jr. contraria as tradicionais teses, até mesmo de outros autores marxistas, de que o subdesenvolvimento estava associado ao passado feudal do país, ou seja, para ele, “o Brasil foi capitalista desde sempre”, e a abolição dos escravos é um coroamento iniciado desde a colônia, que é a mercantilização das relações de trabalho. Ele entendia que a crise e conseqüente abolição do trabalho escravo era “normal” e necessário para a emergência do capitalismo no Brasil.

O caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas<sup>5</sup> ao país é voltado, essencialmente, para o fornecimento ao mercado exterior; e o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial (Prado Jr., 1987).

A função exclusiva a que originalmente se destinou a economia brasileira condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e ainda se mantém sob muitos aspectos. O fornecimento ao mercado externo é que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil no sistema internacional do capitalismo.

A ação do capital estrangeiro, na análise de Caio Prado Jr.<sup>6</sup>, ocupa uma posição central, e é um dos elementos fundamentais do seu condicionamento, e a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país: “*O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais correntes*” (Prado Jr., 1967, p. 277).

Para Caio Prado Jr., a análise da ação do imperialismo revela as circunstâncias particulares internas segundo as quais se desenrola o processo, proporcionando os elementos necessários para compreender algumas contradições íntimas e fundamentais do

---

<sup>5</sup> É assim que denominou (Prado Jr., 1987).

<sup>6</sup> Segundo Fernandes (1991) o maior enigma posto por Caio Prado Jr., como pessoa, cidadão e pensador, é sua ruptura radical com a ordem social existente. O historiador marxista objetivou forjar um instrumental que servisse de base para socialistas e democráticos.

imperialismo que apontam fatalmente para sua consumação com a do sistema capitalista que o engendrou.

Na interpretação de Caio Prado Jr., até o final da Segunda Guerra Mundial, a industrialização avança de maneira relativamente espontânea, reforçando a crise da economia colonial e apontando-lhe uma solução: “*O aparelhamento moderno de base com que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Grande Guerra foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional*” (Prado Jr., 1967, p. 280).

A argumentação para ele é que a evolução do imperialismo no Brasil é contraditória, pois ao mesmo tempo em que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação. Mas também favorecendo aquele progresso, acumularam-se no Brasil elementos com os quais o país contou e continua contando para sua definitiva libertação. “*O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação*” (Prado Jr., 1967, p. 281).

Para Caio Prado Jr., o ajustamento do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país, isto é, a produção de gêneros destinados ao comércio exterior. “*Esta nova ordem contribuiu mesmo, de certa forma, para reforçá-lo e o consolidar. Ao mesmo tempo, contudo, leva ao auge as contradições inerentes a tal sistema*” (Prado Jr., 1967, p. 285).

Na interpretação de Caio Prado Jr., o motor da formação do Brasil é a crescente incompatibilidade entre a dominação do sistema imperialista e a progressiva internacionalização da vida econômica brasileira, incompatibilidade que se manifesta pelos efeitos cada vez mais catastróficos das crises de reversão estrutural que abalam recorrentemente a vida do país: “*Sobrarão nesta internacionalização da vida econômica brasileira um punhado de atividades marginais que vegetam ao lado e em torno das grandes iniciativas internacionais de que o país é levado a participar*” (Prado Jr., 1967, p. 278).

Diante deste cenário, segundo Caio Prado Jr., o Brasil ocupa uma posição secundária. Sobre ele se desenrola e perpassa a concorrência capitalista transportado para o terreno internacional, e que longe de se ter abrandado pela concentração do capital e formação de imensos monopólios, intensificou-se porque é agora o embate de gigantes em frentes extensas, e não mais apenas as escaramuças passadas de minúsculos capitalistas individuais concorrentes. Caio Prado Jr. já previa seu fim inexorável: “*O Brasil é apanhado e arrastado passivamente no vórtice daquela luta, e sua evolução econômica será função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas*

no cenário universal e em conjunto com a história geral da humanidade” (Prado Jr., 1967, p. 277).

Em entrevista à Folha de São Paulo<sup>7</sup> Caio Prado Jr. ressalta o que para ele se constitui no problema brasileiro: “*O Brasil perdeu o bonde do capitalismo. Não há dúvida nenhuma que chegou atrasado. O capitalismo realmente transformou o mundo, quer dizer, criou um progresso notável desde o século XVIII, e no século XIX deu um impulso enorme*”. Mesmo admitindo que o surto de industrialização do pós-guerra implicava em significativa redução do coeficiente de importações, Caio Prado Jr., advertia que a industrialização dependente geraria fortalecimento do setor exportador, ou seja, a remessa de lucros (pelas empresas multinacionais<sup>8</sup>) somada às importações, gerava desequilíbrios no balanço de pagamentos ajudando ainda mais o processo de substituição de importação, no entanto, para tal o Brasil dependia de tecnologia externa o que acabava reforçando a relação de dependência<sup>9</sup>. Em síntese, para Caio Prado Jr., o processo de substituição não leva a economia à independência, mas, para uma “nova” forma de dependência.

Na avaliação de Caio Prado Jr., a subordinação da industrialização à lógica do capital internacional acarretaria uma “reversão ao processo colonial”, pois segundo ele a indústria brasileira, em geral surgida e se desenvolvendo por força de circunstâncias ocasionais derivadas de embaraços opostos às importações constitui em boa parte, fruto de expedientes ocasionais destinados a resolver problemas prementes de abastecimento. Daí a improvisação que geralmente nela se observa, bem como desordenamento da expansão industrial que, nas circunstâncias de imediatismo que a cercam, se concentrou, sobretudo em esparsas e desconectadas atividades produtoras de bens direta ou indiretamente ligados ao consumo de restritos setores de maior poder aquisitivo, sem o atendimento suficiente das necessidades gerais e fundamentais do país (Prado Jr., 1967).

Para ele a industrialização somente se constituiria em um verdadeiro processo, ou seja, de elevação do nível tecnológico geral e do conjunto do país, quando se integraria efetivamente na vida brasileira tornando-se um fator orgânico de seu progresso, quando se desenvolvessem técnicas modernas nas atividades econômicas em geral da população do país; quando se pusesse a serviço da solução dos problemas fundamentais do Brasil.

O antigo sistema colonial em que se constituiu e evoluiu a economia brasileira, apesar de todo progresso e as transformações realizadas, fundamentalmente se manteve para Caio Prado Jr., embora modificado e adotando formas diferentes. E o processo de

<sup>7</sup> Folha de São Paulo de 21/10/78( <http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/entcaio Prado.htm>.)

<sup>8</sup> As empresas multinacionais no Brasil para Caio Prado Jr. representavam “imperialismo interno”.

<sup>9</sup> Logicamente que esta análise contrapõe a idéia da CEPAL.

integração econômica nacional embora se apresente maduro para sua completa e definitiva eclosão, se mostra incapaz de chegar a termo e se debate em contradições que não consegue superar. Das contradições que no passado solapavam a economia brasileira, passamos a outras de natureza diferente, mas não menos graves.

A elevada instabilidade da economia brasileira e sua incapacidade de atender as necessidades do conjunto<sup>10</sup> do povo brasileiro, com o agravamento da crise social levam Caio Prado Jr. a afirmar que em meados da década de 60, o Brasil vivia uma situação insustentável, exigindo mudanças profundas.

Caio Prado Jr. era bastante realista e por isso não acreditava na possibilidade da Revolução Socialista<sup>11</sup>, mas acreditava em um capitalismo nacional, com melhor distribuição de renda. Para ele construir uma economia nacional implicava necessariamente: distribuir renda; exportar produtos industriais; romper com o imperialismo e produzir para o mercado interno.

Caio Prado Jr. defende a tese de que o controle pelo capital internacional sobre o processo de industrialização gera uma tendência irreversível à reversão neocolonial. E para ele, encontram-se aí as raízes das dificuldades e perturbações econômicas que atingem tão profundamente a economia do Brasil e a vida do seu povo, ressaltando a necessidade de reforma estrutural da economia brasileira capaz de elevar a um novo plano, liberto inteira e definitivamente de seu passado colonial.

Em suma, para Caio Prado Jr. o desenvolvimento econômico do país se dará pela superação da condição colonial da economia brasileira, por meio de efetivo fortalecimento do mercado interno, isto é, pelo aprofundamento das reformas que distribuam a renda e a riqueza, capazes de fomentar o desenvolvimento das forças produtivas e o aparelhamento material da economia e da sociedade.

### **3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - CELSO FURTADO<sup>12</sup>**

Celso Furtado vê a formação econômica do Brasil como um processo histórico de difusão do progresso técnico, da capacidade interna de decisão, e pelo uso de estímulos

10 A preocupação com o conjunto do povo brasileiro é uma marca clara na obra de Caio Prado Jr., conforme explicita o prefácio da primeira edição da obra: *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império* (1999, p. 08): "Repetindo um conceito do prefaciador da obra de Max Beer – *História Geral do Socialismo* – a respeito da história universal, podemos afirmar também, com relação à nossa, que há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes. E traçar uma tal história é tudo quanto pensei fazer".

11 Apesar de apresentar uma proposta de Revolução Socialista, que no fundo representa uma proposta reformista, pois, como não havia possibilidade de Revolução era preciso que os trabalhadores construíssem seus próprios meios.

12 Celso Furtado faz parte da chamada "Geração de 50" (para "contrapor" a geração de 30), esta é uma geração preocupada com o desenvolvimentismo. Celso Furtado é o mais importante Cepalino do Brasil e o mais Keynesiano dos economistas da CEPAL. A contribuição particular de Celso Furtado ao que ficou conhecido como teoria estruturalista da CEPAL foi mostrar como se estabeleceu a relação entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Suas fontes de inspiração (referencial teórico) foram: positivismo; marxismo; sociologia americana e Keynes.

criados pelo próprio sistema econômico, ou pela existência de motivações morais geradas por uma situação histórica particular. O eixo central de sua interpretação refere-se à relação contraditória entre a posição periférica do país no sistema capitalista e o avanço da industrialização, sendo esta última essencial para constituição de um sistema econômico nacional. “*O processo de acumulação é o eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista, mas o conjunto de relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial*” (Furtado, 1978, p. 46).

No entanto Celso Furtado ressalta que a dificuldade de transição da economia colonial<sup>13</sup> para uma economia nacional refere-se ao fato de nunca ter havido ruptura propriamente dita com o passado colonial e o centro capitalista, e, sendo assim, o Brasil acabou “condicionado” a uma relação de dependência.

Para Furtado (1962), o desenvolvimento<sup>14</sup>, no Brasil, até 1930, processou-se, basicamente, por indução de fatores externos<sup>15</sup>. Na medida em que lograva integrar-se em uma linha em expansão do comércio internacional, a economia do Brasil crescia exportando açúcar, borracha, cacau ou café, recebendo os influxos das forças dinâmicas do mercado mundial em expansão, que nos permitia crescer em extensão, ocupando novas terras, elevando a produtividade da mão-de-obra já existente no país, incorporando novos contingentes de população. E esse desenvolvimento extensivo, por indução de forças externas<sup>16</sup>, foi característica constante da economia brasileira, desde a época colonial até fins dos anos trinta. “*Era o processo da modernização dependente, que outra coisa não é senão a utilização do excedente, gerado pela especialização na exportação de produtos primários e retido localmente, para modelar os padrões de comportamento de forma a estimular a importação de manufaturas destinadas ao consumo, cristalizando um certo padrão de divisão internacional do trabalho*” (Furtado, 1984, p. 22).

A fase da rápida expansão das exportações de produtos primários, por indução da revolução industrial, segundo Celso Furtado, caracterizava-se por uma modernização das formas de consumo (mesmo que para uma minoria) sem real correspondência na evolução tecnológica dos processos produtivos. No entanto o elevado fluxo de exportação de produtos primários engendrou certas atividades complementares de tipo industrial, que vão

---

13 Segundo Furtado (1956, p. 13), a característica principal da economia brasileira, ao concluir-se o ciclo da economia colonial exportadora-escravocata, consistia na existência de considerável reserva de mão-de-obra.

14 “O desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos (...). O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento” (Furtado, 1985, p. 225).

15 Para Furtado (1991, p. 187), a segunda metade do século XIX se caracteriza pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno.

16 “Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento” (Furtado, 1978, p. 71).

desde o tratamento superficial exigido por produtos como café e algodão até processamentos avançados como os requeridos pelo açúcar, carne e as sementes oleaginosas. “Contudo, a expansão da economia continuava a depender<sup>17</sup> fundamentalmente do aumento das exportações e da capacidade de importar” (Furtado, 1978, p.17).

A utilização do excedente gerado pela especialização internacional no financiamento do consumo de uma minoria da população permite contornar o obstáculo da insuficiência de recursos, mas não o atraso tecnológico: “A reprodução, mediante a industrialização substitutiva de importações, das estruturas sociais modernizadas tende a perpetuar a dependência tecnológica” (Furtado, 1984, p.116). Além do que, esse “avanço na acumulação” não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição de renda e a destinação do excedente.

Na visão de Furtado (1984, p. 27), a industrialização<sup>18</sup> tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento<sup>19</sup> imitativo, que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social. Segundo ele formas mais sutis e mais insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiros e tecnológicos, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas. O processo de acumulação foi posto a serviço da modernização desbriada do estilo de vida dos estratos sociais de rendas médias e altas, desatendendo-se a satisfação das necessidades mais elementares da massa da população<sup>20</sup>.

Na argumentação de Celso Furtado, dado o perfil da demanda, que corresponde a uma crescente concentração na distribuição da renda e a um crescente distanciamento entre os níveis de consumo da minoria rica e da massa da população, gera uma composição de investimentos que tende a maximizar a transferência de progresso técnico através das grandes empresas, e a fazer crescer o afluxo de recursos estrangeiros. E assim, segundo ele: “A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto, e impregnada de uma cultura cujo elemento condutor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos” (Furtado, 1974, p. 80).

---

17 “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação de uma situação de dependência. [...] E o fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. E a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível” (Furtado, 1974, p. 87).

18 Para Furtado (1974), as sucessivas ondas de expansão da indústria brasileira durante e após a Segunda Grande Guerra, não pode ser explicada se não levarmos em conta o papel desempenhado pelo governo, tanto subsidiando investimento como ampliando a demanda.

19 “Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade” (Furtado, 1984, p.105).

20 Celso Furtado chamou a atenção para problemas, como os padrões de consumo das classes dominantes, sendo um dos fatores determinantes na perpetuação do subdesenvolvimento.

E por conseqüência os grupos que se apropriam do excedente, condicionados pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais em função do avanço da acumulação. Sendo assim, ou seja, ao subordinar a incorporação de progresso técnico à lógica do processo de modernização dos padrões de consumo da minoria rica<sup>21</sup>, condenou-se à sociedade ao subdesenvolvimento<sup>22</sup>.

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim a durabilidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular (Furtado, 1974, p. 112).

Na análise de Celso Furtado, o subdesenvolvimento tem suas raízes relacionadas a certas condições históricas, entre o processo interno e externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada tenderá ser a renda. Portanto, o aumento da dependência externa, também aumentará a taxa interna de exploração. E dessa forma o aumento da taxa de crescimento tende a gerar agravamento da dependência externa e exploração externa. Neste sentido a teoria do desenvolvimento econômico de Celso Furtado ressalta:

A teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma de como se distribui e utiliza o produto social (Furtado, 1983, p.15).

De forma bastante genérica, Celso Furtado mostra que o processo de desenvolvimento consiste na transição da economia colonial para a economia nacional, e centra sua análise no mecanismo econômico que sustenta essa transição, ou seja, na explicação da sua dinâmica econômica. A expansão da economia mundial, nos anos setenta e oitenta do século XX, pôs em evidência duas ordens de problemas que na civilização industrial anterior haviam permanecido na sombra: a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas; e a formação de bolsões de miséria.

Na perspectiva de Furtado (1992), a homogeneização social é uma das condições para superar o subdesenvolvimento, somado a isto, é preciso criar um sistema produtivo

---

21 Celso Furtado demonstrava grande preocupação com a luta contra as desigualdades entre as economias centrais e periféricas e contra as injustiças sociais.

22 Para Furtado (1992, p. 74), o subdesenvolvimento é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional.

eficaz, dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: a descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; a ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida; e a exposição à concorrência internacional.

#### **4 BREVE ANÁLISE COMPARATIVA**

A análise permite observar claramente que Caio Prado Jr. é um autor bastante próximo de Celso Furtado. Um aspecto comum entre Caio Prado Jr. e Celso Furtado é a preocupação com a economia brasileira e a importância que ambos atribuem ao passado colonial e o fato de estar implícito nas suas obras teóricas um programa político. Ambos chamam a atenção para a ligação, desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial.

Segundo eles a economia colonial fundava-se na produção agrícola para exportação, caracterizando-se por um dinamismo marcado pelas necessidades do mercado externo e pela sujeição a bruscas contrações econômicas. Caracterizava-se também por uma grande concentração da renda e pela apropriação de grande parte dessa renda por uma minoria, bem como por um baixo padrão médio de consumo. Os gastos de consumo se concentravam em uma reduzida classe de proprietários que era atendida por meio de importações graças ao excedente gerado pela produção primária.

Caio Prado Jr. e Celso Furtado centram suas análises na explicação do processo de transição da economia colonial para a economia nacional, descrevendo o mecanismo econômico que sustenta essa transição, ou seja, na explicação da sua dinâmica econômica, ou, mais precisamente, como se deu a formação econômica do Brasil. Sendo assim, segundo eles, trata-se de uma economia que é dirigida de dentro para fora, à semelhança das economias desenvolvidas. E a partir daí definem o que seria ou como deveria ser uma economia nacional, esta última é definida como um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, implicando, portanto, a industrialização a partir da conformação de um mercado interno e a ausência de separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno.

Tanto Caio Prado Jr. como Celso Furtado, manifestam preocupação com a distribuição de renda e com o conjunto da população. Suas análises descrevem uma lógica comum, em muitos aspectos em razão do capitalismo dependente “instaurado” no Brasil. Eles ressaltam a oposição entre imperialismo (os interesses da expansão da economia-mundo capitalista) e formação de estados nacionais capazes de controlar ou colocar em prática um projeto nacional. Tal oposição se manifesta na impossibilidade de

compatibilizar desenvolvimento capitalista, democracia e soberania nacional. Analisam também o desenvolvimento desigual do capitalismo, buscando explicar tanto a falta de autonomia de nossa burguesia para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno, como a nossa heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática.

Diferenças mais substantivas entre Caio Prado Jr. e Celso Furtado aparecem na avaliação sobre como superar as heranças legadas pela colonização e, mais especificamente, como entender o processo de industrialização. Enquanto o primeiro autor não dá maior importância ao fenômeno, já que ressalta a dependência de capitais estrangeiros e a incapacidade de mudar a orientação da economia desde a colônia, o segundo ressalta o sentido transformador da industrialização. Neste sentido, nota-se que Caio Prado Jr. dá maior ênfase ao passado, enquanto Celso Furtado dá maior ênfase ao futuro, ou seja, como promover o desenvolvimento do país.

Em suma, embora por caminhos distintos e com diferentes nuances (mais ou menos pessimistas ou otimistas), as interpretações de Caio Prado Jr. e Celso Furtado conjugam para um mesmo ponto, ou seja, o processo de formação econômica do Brasil e sua condição de dependência externa provocam uma “reversão neo-colonial”.

Recusando o conformismo de quem pensa que o Brasil não tem outra alternativa a não ser aceitar, docilmente, os “condicionantes” do sistema capitalista mundial, bem como o escapismo do *status quo*, as análises de Caio Prado Jr. e Celso Furtado apontam para a urgência de uma ruptura com a situação de dependência, que persiste desde o Brasil colônia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. (Primeira edição 1966). 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império. Brasileira*. (Primeira edição 1933). 21. ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (Primeira edição 1942). 24. ed. São Paulo, Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. (Primeira edição 1943). 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1967.

FERNANDES, Florestan. *Obra de Caio Prado nasce da Rebeldia Moral. Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/09/1991.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. (Primeira edição 1989). 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

- \_\_\_\_\_. *A Fantasia Organizada*. (Primeira edição 1985). 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Pré-Revolução Brasileira*. (Primeira edição 1962). 1. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Análise do Modelo Brasileiro*. (Primeira edição 1922). 6. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: a Construção Interrompida*. (Primeira edição 1992). 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. (Primeira edição 1978). 1. ed. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. (Primeira edição 1984). 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. (Primeira edição 1959). 24 ed. São Paulo, Nacional, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento*. (Primeira edição 1974). 1. ed. São Paulo, Círculo do Livro, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)
- \_\_\_\_\_. *Uma Economia Dependente*. (Primeira edição 1956). 1. ed. Ministério da Educação e Cultura. Os Cadernos de Cultura, 1956.
- Que País é Este? (Entrevista de Caio Prado Jr. ao jornal). *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/05/1978.

# ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANT ANA DO LIVRAMENTO

*Jeanice Jung de Andrade<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo aborda o tema de adoção de atividades não-agrícolas sob a perspectiva de mobilização de uma mudança social, econômica, cultural e a construção de um processo de desenvolvimento, na metade sudoeste do Rio Grande do Sul, município de Sant'Ana do Livramento. O homem rural da região, o gaúcho, é o resultado de uma construção histórica, moldada na individualidade como valor, na defesa e manutenção de fronteiras territoriais nacionais e na simbologia das resistências. A adoção de novos paradigmas pela sociedade, inclusive produtivos, envolve a reavaliação e a construção de novos valores, mas com a possibilidade de desenvolvimento do *empowerment* por meio dos valores intrínsecos à formação sócio-cultural, onde a pluratividade adquira espaços.

Nos países desenvolvidos a pluratividade tem sido uma opção de entrada de novos ingressos e solução de problemas. Neste contexto o turismo local é fator de enriquecimento do ambiente, ao valorizar os aspectos culturais e a diversidade natural, possibilitando a conservação e manutenção deles, contribuindo para uma melhora socioeconômica. O turismo rural responsável exige demandas a serem atendidas, mas sem dúvida o desenvolvimento das potencialidades existentes também incrementam os níveis de qualidade de vida da população envolvida. Para tanto, aprofundar o conhecimento das características e potencialidades desta região do Rio grande do Sul se faz necessário.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, pluratividade, turismo rural.

## ABSTRACT

*The present article approaches the theme of adoption of no agricultural activities under the perspective of mobilization of a social, economical and cultural change and the construction of a development process, in the Southwest region of Rio Grande do Sul, municipal district of Sant'Ana do Livramento. The rural man of this area, the "gaúcho", is a result of a historical construction, molded in the individuality as value, in the defense and maintenance of national territorial borders and as a symbol of the resistances. The adoption of new paradigms for the society, besides the productive ones, involves the re-evaluation and the construction of new values, but with the possibility of development of the empowerment through intrinsic values to the partner-cultural formation, where the plural-activity acquires space.*

*In the developed countries, the plural-activity has been an option of budget inlet and, therefore, solution of problems. In this context, the local tourism is an enrichment factor when the cultural aspects and the natural diversity are appraised, making possible the conservation and maintenance of them and contributing to a socioeconomic improvement. The responsible rural tourism requires demands to be assisted, but undoubtedly the development of the existent potentialities also increases the quality level of life of the involved population. Therefore, it's necessary to increase the knowledge of the characteristics and potentialities of this region of Rio Grande do Sul.*

**Keys words:** development, plural-activity, rural tourism.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema de adoção de atividades não-agrícolas sob a perspectiva de mobilização de uma mudança social, econômica e cultural e construção de

---

<sup>1</sup> Eng Agr e Bachel Administração, Msc Adm., Prof. Universidade da Região da Campanha (URCAMP) / S. do Livramento. E-mail: jeanice@terra.com.br

um processo de desenvolvimento, na metade sul do Rio Grande do Sul, região da fronteira sudoeste em Sant'Ana do Livramento, município com tradicional produção pecuária.

Aborda-se o contexto internacional e suas conseqüências nos países periféricos, a perspectiva da adoção de atividades não-agrícolas no âmbito de uma região tradicionalmente de exploração pecuária, com conseqüências no tecido social e possibilidades de articulação de um desenvolvimento regional-local<sup>2</sup>.

O setor agrícola, em sua dimensão de exploração tradicional<sup>3</sup>, é o foco do presente artigo, numa análise das inovações impostas pela globalização para a inserção no mercado internacional e a introdução de atividades não-agrícolas como uma alavanca para o desenvolvimento regional-local.

A tradicional exploração pecuária tem um lento crescimento e geralmente apresenta uma baixa demanda de bens e serviços, criando um círculo vicioso onde os fluxos econômicos pouco se movem e a demanda por mão-de-obra eventual é muito baixa, fato característico da estruturação lógica do meio<sup>4</sup>. Em contrapartida, um incremento no crescimento teria condições de criar mais empregos, maior demanda de mão de obra, enfim, criar a perspectiva de um desenvolvimento sustentável alicerçado nas necessidades sociais e limitações ambientais (Theis, 1999).

O crescimento implica em adotar medidas diferenciadas, adoção de inovações por meio de tecnologias apropriadas, tornando as propriedades rurais mais competitivas. A quebra de paradigmas e a introdução de atividades não-agrícolas constituem-se em alternativa capaz de gerar crescimento, considerando que o ambiente rural e o urbano não estão desligados. O que se tem são processos produtivos interagindo com as relações econômicas e sociais da sociedade. Sob esta ótica surgem novas funções socioeconômicas no meio rural como o lazer, turismo, agroturismo e proteção ambiental ligados aos serviços.

O significativo empobrecimento da fronteira sudoeste, resultado de um processo histórico, social e cultural, não se molda na adoção de novos processos de produção por seu valor intrínseco, mas sim pela compreensão do tecido social –local através de seu sistema simbólico. Este entendimento corrobora, em parte, o que Abramovay (1992) coloca ser o pensamento generalizado entre os especialistas brasileiros de que “a

---

<sup>2</sup>Regional - local compreendido como um espaço territorial com uma identidade, com uma compreensão comum dos fatos.

<sup>3</sup> Tradicional – entendido como a adoção de processos produtivos continuados com baixo incremento inovacional o que economicamente tem provocado uma lenta erosão do capital (descapitalização).

<sup>4</sup>Sistema simbólico que se estrutura, regido por um contexto histórico de origem e agrupamentos sociais com maior acesso às interpretações de suas codificações; há uma articulação de uma rede complexa de representação de si, dos outros e das coisas. (Premebida, 2004)

*agricultura é uma atividade por definição avessa à industrialização*” (p. 214) e conforma a ação do capitalismo sob as formas de produção, com safras abundantes devido ao progresso técnico, mas com a redução na renda agrícola e mantendo baixa a participação dos alimentos no custo da “cesta” dos trabalhadores.

O trabalho agrícola segundo Servolin (1989:391 *apud* Abramovay, 1992: 236) esclarece em relação aos produtores rurais e a produção:

(...) o trabalho agrícola não produz, se falarmos com rigor, as matérias vegetais e animais, sejam elas destinadas a consumos intermediários (material forrageiro, por exemplo) ou diretamente ao consumo humano. No sentido estrito do termo, a agricultura é apenas a exploração pelo homem de certos processos biológicos: a reprodução e o crescimento dos vegetais e de animais domesticados. O essencial da operação, isto é, a produção da matéria nutritiva, é realizada pelos próprios organismos vivos. O papel do homem limita-se, em resumo, a fornecer a estes organismos o conjunto das condições necessárias a seu desenvolvimento e a recolher a matéria nutritiva produzida.

Esta estreita relação de cooperação entre seres vivos, homens e seres da natureza (animais e vegetais), mantém sustentável, sob a égide da transferência de ganhos imediatos, a valorização futura dos bens produtivos (terra). As mudanças e a internalização de novos paradigmas no setor agrícola envolve a estreita relação viva da natureza e do homem deste meio.

O homem rural da fronteira oeste, o gaúcho, é o resultado de uma construção histórica, moldada na individualidade como valor, na defesa e manutenção de fronteiras territoriais nacionais, na simbologia das resistências. Surge daí o fortalecimento da manutenção de valores sociais e culturais, “*cantado em prosa e verso*”, com conseqüências econômicas.

A adoção de novos paradigmas pela sociedade, inclusive produtivos, envolve a reavaliação e a construção de novos valores (do mito individual ao participativo e cooperativo). O reconhecimento de sua fragilidade diante da hegemonia econômica, todavia consciente da possibilidade de *empowerment*<sup>5</sup> por meio dos valores intrínsecos à sua formação, conformam um processo de fortalecimento de indivíduos e grupos sociais através de uma reflexão sobre o desenvolvimento de seu espaço vivido regional-local.

O âmbito deste trabalho considerando o município de Sant’Ana do Livramento compreende, outrossim, a busca de respostas aos questionamentos da sociedade<sup>6</sup>, a

---

<sup>5</sup> *Empowerment* como “ o poder-formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas”.(Oakly e Clayton, 2003: 09)

<sup>6</sup> Jornal A Platéia (S. do Livramento, 18/11/04, ano 67, nº 19304,p.1 e 3).- Inicia o sucateamento no Armour. “A planta frigorífica da antiga Swift Armour está, realmente, sendo desmontada.... O questionamento, que serve como título para estes parágrafos, provém da comunidade, exigindo até mesmo manifestação pública sobre o destino da mesma.” Complementa: “ O início do fim de uma história que teve seu ápice em tempos, literalmente de vacas gordas, produzindo, exportando e empregando em escala.”

identificação de fatores capazes de mobilizar a construção de novos parâmetros de produção mais competitivos e sustentáveis para o desenvolvimento regional-local sob a perspectiva de uma visão evolucionista por meio de mudanças sócio-culturais.

A relevância do tema pode ser retratado com o editorial do jornal local (A Platéia, de 18/11/04):

*O município de Sant'Ana do Livramento está atravessando um momento que entrará para a história da região como divisor de águas. Os altos índices de desemprego, a falta de indústrias e a crise na pecuária levam a região para o lado dos pessimistas .... Que o provável desmanche do Frigorífico Armour sirva de alerta à população e que Sant'Ana do Livramento está vivendo o seu divisor de águas, que talvez não poderá mais contar com a maior indústria de sua história. O grifo é nosso.*

Reforça-se o tema e sua relevância ao delimitar o estudo na *Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul*, região de pecuária tradicional, caracterizada pela elevada participação do fator terra no processo produtivo e aportes relativamente pequenos de força de trabalho humano.

## **2. O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

O município de Sant'Ana do Livramento situa-se na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, fronteira seca com a República Oriental do Uruguai (ROU), região com predominância de atividade pecuária. Local historicamente inóspito (*insalubre e de pouca água*) conforme os escritos do Brigadeiro JJ Machado de Oliveira, quando da concentração do exército imperial (1816-1820):

*Invoco o testemunho dos contemporâneos do exército, que então serviram no Sul, e tem conhecimento das localidades da Capela do Livramento para que digam conscienciosamente se essa povoação assentada no ponto mais proeminente da coxilha de Santa Ana, no centro da fronteira geral,(...) achando-se a grandes distâncias (...),e a muito maior do centro da população mais basta, e da capital da província; havendo de permeio a esta e a Capela três grandes rios invadiáveis, além de um grande número de arroios, serras e alagadiços através de um terreno nimiamente acidentado, que faz mui difícil o trânsito para o rodame, era esse o ponto mais asado para o estacionamento de tropas, que bem pouco faltou para que da Cisplatina, se não retirassem em completa debandada...(Caggiani, 1983:29).*

O local foi palco de diversas batalhas revolucionárias, com ápices na Revolução Farroupilha e ponto de concentração do exército brasileiro sob o comando do general Duque de Caxias (1851) na guerra contra Rosas (ditadura Argentina).

É neste cenário, onde os limites territoriais nacionais foram demarcados utilizando-se a metodologia de divisor de águas - já que é uma fronteira seca, que se constrói a identidade histórica, social e cultural. No transcurso das delimitações territoriais, o

principal impasse na delimitação da fronteira foi solucionado com um acordo entre Brasil-Uruguai (1923) através da construção do Parque Internacional<sup>7</sup>, efetivado em 1942.

No discurso do ministro Marcondes Filho (28/02/1943) quando da inauguração do Parque Internacional, pode-se identificar a conformação do tecido social local naquele momento histórico, com continuidade no presente:

Depois das expressivas e tão formosas solenidades que conjuntamente assistimos, (...)Formamos ao sul do continente uma região por tal forma semelhante nos aspectos físicos, sem acidentes divisórios ou obstáculos naturais, que a continuidade se impõe e modela a própria comunhão de sentimentos das populações vizinhas. Hábitos, costumes, processos econômicos e formação social, completam um quadro de existência espontânea e peculiar. Brasileiros e uruguaios vivem num pacífico e permanente contato e suas relações não se restringem às atividades comerciais.

*O entrelaçamento secular da família formando, de um e de outro lado da fronteira, velhos troncos de patriciado rural, caracteriza a própria vida coletiva e se reflete na estabilidade das relações de ordem política dos dois países.* (Caggiani, 1983:66-67).

A construção sócio-histórica consolidou-se e, desde então, observa-se a presença marcante da atividade rural com a predominância da pecuária na mesorregião da fronteira do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Atualmente, Sant'Ana do Livramento conta com uma população de 90.849 habitantes<sup>8</sup> e cerca de 7% encontram-se na região rural, percebendo-se uma forte concentração na área urbana. Como os demais municípios da região, encontra-se em situação de frágil desenvolvimento, ainda sofrendo os impactos do surto de aftosa que mobilizou o RS e o país, em vista de sua principal atividade: pecuária.

A situação da pecuária de corte do RS tem sofrido impactos significativos nos últimos seis anos, arrolando-se, além dos focos de aftosa, o início do Plano Real, a desvalorização do Real, a falta de incentivos, a falta de uma escala de produção, a presença do abate clandestino e o abigeato na fronteira, aliado ao fato de ter sido a atividade que mais “cedeu” área à política de reforma agrária, segundo Condorelli (2004)<sup>9</sup>.

As atividades produtivas da pecuária estão sedimentadas em valores tradicionais onde as mudanças são lentas, fato que coloca a produção à mercê do rebanho do centro-oeste do Brasil, com a oferta de carcaças bovinas mais padronizadas e da disponibilidade, no mercado, de carnes oriundas dos países do Mercosul.

O rebanho bovino do município é de 639.794 cabeças, basicamente um rebanho bovino para o abate. O rebanho ovino atinge 408.500 cabeças com uma produção de 1.470.000 quilos de lã. Na área agrícola a principal lavoura sempre foi o arroz e é mais

<sup>7</sup> Parque Internacional que separa, *unindo* Sant'Ana do Livramento/BR com Rivera/ROU.

<sup>8</sup> Censo IBGE 2002.

<sup>9</sup> SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / Administração Regional do Rio Grande do Sul

recente a implantação de lavouras de soja e de outros cereais, mas com agricultores oriundos de outras regiões do RS. A presença da vitivinicultura, a partir dos anos 80, com a instalação da então *National Distillers* do Brasil – vinhos Almadén, abriu a possibilidade de novas atividades. Atualmente, com 580 hectares plantados e 4 milhões de litros de vinho/ano, está sob o comando do grupo francês Pernod Ricard Brasil. Posteriormente ocorreu a instalação da Livramento Vinícola Industrial Ltda (grupo japonês /1985) – vinhos Santa Colina, hoje com 85 hectares em produção. Em 2003 ocorreu a inauguração da Vitivinícola Cordilheira de Sant’Ana com uma área de 24 hectares e com o primeiro engarrafamento em 2004. Contudo a tradição de produção pecuária e o pouco conhecimento sobre essas novas atividades, reduz a atividade vitivinícola ao âmbito das empresas instaladas e alguns poucos mais interessados. A implantação do Comitê de Fruticultura do RS tem provocado o interesse pela atividade, fato que esbarra na deficiência de mão-de-obra para a atividade, custos de instalação e elevado receio sócio-cultural frente ao novo.

A realidade das empresas é a atividade pecuária baseada em propriedades familiares<sup>10</sup> com alta imobilização de capital, baixo nível de emprego, baixo a médio nível tecnológico, desconhecimento de mercado e de gestão rural com cunho empresarial e onde os ciclos de produção são longos. Os problemas verificados aliados à realidade das unidades de produção geram situações de redução na rentabilidade da atividade, descapitalização, desemprego, insegurança policial e econômica, desvalorização ou demora na valorização das terras, certo grau de desrespeito ao produtor de carne e uma crise de identidade.

O contexto de empobrecimento da população urbana e rural, a existência de 29 assentamentos rurais num contexto social de pouco desenvolvimento rural, a existência de articulações frágeis para o desenvolvimento regional-local torna urgente a análise e busca de alternativas capazes de alavancar o crescimento local e quebrar o “*status quo*” de uma atitude conservadora e que perpetua o estado de constante dependência, com conseqüências negativas no tecido social.

Uma das alternativas passíveis de mobilizar o crescimento é a adoção de atividades não-agrícolas como turismo rural. O turismo rural é uma alternativa de fortalecimento do tecido social através da articulação e integração das funções dos diversos organismos de âmbito local, criando instâncias de concentração do setor público-privado, buscando a

---

<sup>10</sup> Algumas oriundas do mecanismo de concessão de sesmarias “*que estabelecia meios de fixar não apenas populações, mas, principalmente, formas de exploração territorial*” ( HEIDRICH, 2000:55) que retornavam em ganhos econômicos ao sistema colonial da época (império).

descentralização de poderes decisórios e recursos (materiais e não-materiais) ao local, com o estímulo às atividades não-agrícolas, na reconstrução de valores sociais, econômicos e culturais.

### 3. O MEIO RURAL E ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Os eventos ocorrem instantaneamente em vários lugares do mundo, sob a hegemonia dos que detêm o poder, utilizando-se da informação para a consolidação das transformações. As mudanças provocadas pela globalização aumentaram a interdependência das nações e proporcionaram, por meio dos processos de informação, a possibilidade de *estar* em qualquer lugar no momento presente.

Borja e Castells consideram que foi uma “... *profunda transformación histórica estructural*” (2004:21), enquanto Ortega e López complementam “*Nesse contexto, a globalidade informática fragmenta as frágeis estruturas culturais e tende a provocar seu rápido desaparecimento, a menos que se tomem medidas necessárias para obviar essas contradições*” (1997:183).

A realidade da globalização alterou as estruturas em todos os seus âmbitos e no setor rural direcionou as unidades produtivas para a produção de bens exportáveis. Assim, aquelas que apresentam maior potencial para economias de escala são as mais beneficiadas. Conseqüentemente, surge uma polarização em face da modernização dos processos, com o favorecimento àquelas que produzem bens exportáveis, ampliando as possibilidades dos médios e grandes produtores. Observa-se a conformação de um cenário concentrado em dois pólos: agropecuária empresarial e agropecuária familiar e de pequeno porte. Enquanto na agropecuária empresarial distinguem-se várias etapas de modernização, no sentido da competitividade com a utilização de novas tecnologias, a agropecuária de pequeno porte e sem recursos sofre a ameaça de deixar de existir.

Partindo do pressuposto que a estagnação, o não-desenvolvimento do setor rural, tem reflexos no setor industrial, cabe o questionamento do papel da adoção de inovações e atividades não-agrícolas<sup>11</sup> no desempenho e solução de problemas do setor, com a possibilidade de novos ingressos.

De acordo com Schneider (1999), nos países desenvolvidos, a pluratividade ( inclui atividades não-agrícolas) tem sido uma opção de entrada de novos ingressos e solução de problemas como:

---

<sup>11</sup> “A busca de atividades não-agrícolas constitui uma forma das propriedades agrícolas ampliarem suas rendas” (Schneider, 1999:112).

*um modo de desintensificar a produção agrícola e reduzir a superprodutividade, como uma maneira de manter em patamares aceitáveis os níveis de renda dos agricultores, como uma forma de atenuar a pressão da agricultura sobre os recursos naturais, como uma maneira de estimular a desconcentração industrial e populacional dos grandes centros urbanos e, como uma maneira de viabilizar o surgimento de novas atividades econômicas no meio rural (turismo, artesanato, etc.) não ligadas à produção agrícola. (p.112)*

O caminho do desenvolvimento, através das inovações e adoção de atividades não-agrícolas, pressupõe o crescimento, que em países como o nosso acontecem por determinações externas à estrutura agrária, através de políticas protecionistas e diminuição da renda dos produtores (Schneider *apud* Schneider, 1999). Segundo Rebouças et ali (1995) o desenvolvimento é viabilizado e acontece em função do comportamento e da organização da sociedade.

Desenvolvimento, conforme Bosier (1997), está relacionado com a capacidade de elaborar, executar e negociar políticas de desenvolvimento em quatro planos: no *plano político*, onde as mesmas são desenvolvidas; no *plano econômico*, onde a apropriação e a reinversão de excedentes é capaz de gerar diversificação e certa sustentabilidade; no *plano científico e tecnológico*, onde se pode gerar mudanças quantitativas e qualitativas; e no *plano da cultura*, núcleo gerador da identidade social com o seu espaço, sendo na sinergia entre estes planos que acontece a construção do desenvolvimento.

Diante do exposto, cabe ressaltar que trilhar o caminho da ruptura: “modernidade” X “tradição” é lançar-se na violência simbólica, correlacionando tradição com o atrasado, o não-desenvolvido. O que se busca é respeitar o rural, de acordo com Premebida (2004) “... *o rural é um aspecto de construção social da realidade, assim, deve-se atentar para as interações entre as apropriações materiais e simbólicas feitas a terra ...*” (p.18), reconhecendo e legitimando os problemas, dando-lhe a visibilidade pertinente para o debate público e conscientização de um desenvolvimento rural sustentável.

As atividades não-agrícolas e a pluratividade no meio rural, segundo Graziano da Silva (1999), são encontradas em todas as categorias sociais, não se restringindo como opção de complementação de renda familiar. O turismo rural tem-se tornado uma atividade-elo: exploração econômica aliada à valorização do ambiente rural e da cultura local.

Atualmente o ambiente rural tem sofrido modificações em seu entendimento pelo crescente interesse na qualidade de vida, nas alterações implantadas no meio rural relacionadas com o lazer e o ludismo, fato que coloca a identidade do rural sob nova ótica.

De acordo com Schneider e Fialho (2000), alguns aspectos direcionam esta nova visão do meio rural:

o aumento do tempo livre ..., ampliação e melhoria das estradas e dos meios de comunicação, ..., expansão das residências secundárias e dos sítios de lazer, condomínios fechados em áreas rurais, ..., o estresse e o crescente custo de vida nas cidades, e ... a busca de um estilo de vida “exótico”, isolado e próximo à natureza.(p.17)

O agroturismo e o ecoturismo são os tipos de turismo rural mais presentes. O agroturismo envolve atividades dentro da propriedade rural que vêm complementar as atividades agrícolas ( pousadas, hotel-fazenda, artesanatos, pesque-pague, vendas diretas do produtor de produtos elaborados ou não, venda de produtos colhidos pelo turista, restaurante típico), enquanto o ecoturismo envolve atividades realizadas nas áreas naturais preservadas, tanto em propriedades rurais como em áreas públicas (reservas ecológicas, parques florestais). Nesta última estão incluídas as atividades culturais que se desenvolvem no meio.

As possibilidades com o turismo rural exigem, em contrapartida, que o ambiente como um todo se mantenha atraente, através de sua arquitetura, meios de locomoção, comunicação e serviços, mantendo os habitantes seus hábitos e costumes, enriquecidos com o resgate de sua história, mesmo não apresentando atrações naturais significativas. A atividade turística também proporciona a geração de empregos em face da diversificação das atividades do turismo rural como o artesanato de lã e couro, o charque campeiro como o da carne de ovelha, pães e doces “caseiros”, bem como os produtos para as “lidas campeiras”(selas, cinchas, cintos, guaicás, entre outros) peculiares às atividades rurais da região. A diversidade de consumidores no turismo rural permite a comercialização de vários produtos e serviços, como também é gerador de novos postos de trabalho e ocupações.

Segundo Lage e Milone (2000) apud Schneider e Fialho (2000, p.19), são três as categorias de emprego geradas no desenvolvimento turístico:

Empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística; os resultantes do desenvolvimento da indústria turística (transportes, agricultura, bancos, etc.); indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Considerando que os empregos diretos criados pelo turismo exigem mão-de-obra pouco qualificada, configura-se como uma atividade a ser explorada nas áreas rurais, uma vez que a população rural geralmente é pouco qualificada e receptiva a ganhos monetários mais baixos.

O agroturismo deve ser encarado como atividade complementar às atividades agrícolas, aproveitando a sazonalidade das atividades agrícolas e devidamente organizado para se manter sustentável. Assim, a preservação ambiental, a preservação da identidade cultural face a sua integração à atividade turística, aliado a ganhos distributivos equitativos (comunidade e turistas) são fundamentais para um desenvolvimento baseado no turismo rural.

#### **4. TURISMO RURAL E GERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Positivamente, o turismo local é fator de enriquecimento do ambiente, ao valorizar os aspectos culturais e a diversidade natural, possibilitando a conservação e manutenção deles, contribuindo para uma melhora socioeconômica do local. Outro aspecto favorável é o mercado gerado para os produtos de origem agrícola local, complementando a renda familiar.

À medida que o turismo rural desenvolve-se, ocorrem melhorias na infra-estrutura e serviços, beneficiando a comunidade como um todo (Graziano da Silva, 1999).

O planejamento e fiscalização das atividades turísticas deve ocorrer por parte da população e pelo poder público, com a finalidade de evitar a degradação do meio ambiente e conseqüentemente a retração econômica, pela redução dos turistas (Schneider e Fialho, 2000). Os autores ainda citam como conseqüências da ausência de planejamento e fiscalização:

- A possibilidade de descaracterização da cultura local;
- O aumento do tráfego de pessoas e mobilidade populacional, alterando as rotinas peculiares da comunidade local;
- O acentuamento dos desequilíbrios, visto que a expansão desse tipo de turismo é seletiva, o que pode ocasionar o desenvolvimento ou não;
- O aumento da violência e uso de drogas.

Observa-se ainda que a valorização das terras pode ocasionar a sua venda, principalmente por parte dos pequenos produtores rurais que por sua vez não encontram trabalho urbano em função de sua desqualificação.

Salienta-se ainda iniciativas com turismo rural onde interesses econômicos privados exploram atividades com pouco retorno à população rural local, como o caso de águas termais.

O ponto crítico do turismo rural encontra-se junto aos pequenos produtores rurais, pois exige investimentos iniciais e esta categoria encontra dificuldade para obtenção de crédito. Outro aspecto a considerar é o equilíbrio entre a atividade principal e a complementar – turismo rural.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) do IBGE (1997) têm sinalizado o crescimento de atividades no meio rural ligadas ao setor de serviços. Em relação à expansão de indústrias artesanais, que agregam valor aos produtos agrícolas, observa-se que sua expansão ocorre onde existem atividades turísticas.

O aumento de renda provocado pelas atividades turísticas é capaz de incrementar a economia local, com geração de postos de trabalho e melhora geral da sociedade local.

O planejamento e a gestão coerente do turismo rural é uma alternativa para o desenvolvimento de municípios como Sant'Ana do Livramento, com uma riqueza cultural, histórica e natural timidamente exploradas.

As atividades turísticas são capazes de desenvolver uma região, desde que acompanhadas da conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural, pois provocam melhorias na infra-estrutura e nos serviços, beneficiando a comunidade local. Contudo, é passível de provocar impactos pelo fluxo de turistas no meio ambiente natural, na elevação do custo de vida, bem como algum tipo de descaracterização na cultura local.

O turismo rural responsável exige demandas a serem atendidas, mas, sem dúvida, o desenvolvimento das potencialidades existentes também incrementam os níveis de qualidade de vida da população envolvida. Para tanto, aprofundar o conhecimento das características e potencialidades desta região do Rio grande do Sul se faz necessário.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades em la era de la información*. Espanha, Madri: Santillana Ediciones Generales, S.L., 2004.
- BOSIER, Sergio. *El Vuelo de una Cometa. Una Metáfora para una Teoría Del Desarrollo Territorial*. Santiago do Chile. Série Ensayos CEPAL. Doc. 97/37. 1997.
- CAGGIANI, Ivo. *Sant'Ana do Livramento – 150 Anos de História*. 1º volume. Sant'Ana do Livramento/RS: Ed. ASPES, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, UNICAMP. Instituto de Economia, 1999.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do Latifúndio: Geografia do Interesse Econômico Gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- OAKLEY, Peter, CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento ("empowerment")*. Trad. Zuleika Arashirto e Ricardo D. Sameshima. São Paulo: Instituto Polis, 2003.
- ORTEGA, Graciela Uribe e LÓPEZ, Silvana Levi de. Globalização e Fragmentação. O Papel da Cultura e da Informação. In SANTOS, Milton et alii (orgs). *O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização*. 3ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.
- PREMEBIDA, Adriano. *Desenvolvimento Rural e o Campo Tecnocientífico: a Construção de um Discurso*. Dissertação UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós Graduação em desenvolvimento rural. 2004.
- REBOUÇAS. O. et ali. *Gestão Compartilhada. O Pacto do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Industrialização: Pluratividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *As Atividades Rurais Não-Agrícolas e as Transformações do Espaço Rural: Perspectivas Recentes*. Cuadernos de Desarrollo Rural. Colômbia, Bogotá, v.1, n. 44, p. 11-40, 2000.
- SCHNEIDER, S. e FIALHO, Marco Antônio Verardi. *Atividades Não-Agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul*. II Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 9-12/05/2000. Santa Maria/RS.
- THEIS, Ivo M. Planejamento do Desenvolvimento Regional: Alternativas Sustentáveis para o Médio Vale do Itajaí. *Revista REDES*. Santa Cruz do Sul/RS, v.4, n.1, p. 9-32, jan/abr, 1999.

# IMPACTO DA INTANGIBILIDADE E SUAS DIMENSÕES NO RISCO PERCEBIDO NO CONSUMO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Flávio Régio Brambilla<sup>1</sup>

## RESUMO

A intangibilidade durante muito tempo foi apresentada no contexto de mercado apenas considerando a sua dimensão física, caracterizando aquilo que não poderia ser tocado, o que não apresenta forma palpável. Entretanto, Laroche et al. (2003) apresentam um modelo considerando a intangibilidade como um construto tridimensional abordando, além do aspecto físico, ainda os aspectos genérico e mental. Os resultados indicam que de fato é a intangibilidade mental que exerce impacto no risco percebido pelos consumidores. Este artigo consiste em uma replicação da metodologia adotada pelos autores do estudo original, porém, visando apenas abordar os efeitos das dimensões da intangibilidade no risco percebido pelos consumidores, e da mesma forma como este aspecto impacta no processo de consumo.

Palavras-chave: intangibilidade, risco, consumidores.

## ABSTRACT

*Intangibility for a long time was presented in the marketing context just considering the physical conceptualization that refers for something that cannot be touched, something not corporeal. In the other hand, Laroche et al. (2003) presents a marketing model that considers the intangibility in three-dimensional way. This model presents the physical aspect and the two new ones: general and mental. The results show, that the mental intangibility, impact strongly on the perception of risk in the consumers. This paper is a replication of the methodological process that was implemented by the authors in the original study, but, this one just consider the effects of the three-dimensional intangibility in the perceptions of risk by the consumers, and the impact of this aspect in the consumer processes.*

*Key-words: intangibility, risk, consumers.*

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do presente estudo pode ser vislumbrada mediante a constatação da existência de uma forte associação entre a intangibilidade e o risco percebido pelo consumidor, o que demonstra a pertinência do tema para uma melhor compreensão do processo do consumo e os fatores que exercem impacto neste. Os resultados que foram obtidos mediante um estudo realizado no contexto norte-americano, e que por sua vez, no

---

<sup>1</sup> Mestrando em Administração com ênfase em Marketing (PUC/RS); Especialista em Recursos Humanos (PUC/RS); Especialista em Gestão Organizacional (ULBRA/RS); Bacharel em Administração (ULBRA/RS).  
Endereço eletrônico: flaviobrambilla@terra.com.br

presente artigo tem sua metodologia replicada no contexto brasileiro, objetiva a verificação dos impactos exercidos pela intangibilidade na percepção do risco no mercado doméstico.

A intangibilidade no contexto convencional, ou físico, não é um processo relacionado a todos os aspectos da construção mental da compra de um consumidor, na verdade acaba por se tratar mais de um aspecto visual e palpável do que da compreensão em si dos benefícios de um determinado produto. No momento em que se passa a considerar as novas dimensões, e em especial a dimensão mental da intangibilidade, uma nova ordem é requerida pelos ofertantes, tanto para a oferta de produtos como para a de serviços.

A intangibilidade mental é aquela que se refere com a maneira pela qual o cliente exerce a sua percepção perante o bem ou serviço que está contratando, e neste caso a possibilidade do toque e da visualização de um produto não apresenta claramente os atributos de utilização que este cliente deseja. Tal processo é mais fácil de ser verificado no atual contexto de mercado, onde a grande quantidade de bens disponíveis e modernos é maior do que a compreensão das pessoas perante a sua utilidade. Assim, em muitos casos, produtos tornam-se mais intangíveis do que muitos serviços, em especial aqueles serviços permeados pelo conhecimento e a experiência passada do consumidor, que pode ser uma situação exemplificada por uma simples ação, como por exemplo, um jantar em uma pizzaria.

O objetivo principal de esclarecer a amplitude da intangibilidade mental é o de demonstrar para os atuantes no mercado, em especial aqueles da área mercadológica, da necessidade de uma revisão e adaptação das ofertas das organizações para este mercado que não quer mais compreender o produto e os serviços através da forma convencional de tangibilização e mensuração de qualidade, mas sim, através dos benefícios e atributos de utilização que estes bens ou serviços trazem para os clientes, o que somente é possível mediante os esforços para a eliminação do risco percebido pelo consumidor.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os serviços diferem de produtos em relação a quatro aspectos principais, os quais são, respectivamente: intangibilidade, variabilidade, inseparabilidade entre a compra e a utilização e a perecibilidade. Dentre esses, o aspecto mais considerado é o da intangibilidade, o qual é foco no presente estudo e é referente à incapacidade do consumidor de previamente visualizar, tocar ou sentir a qualidade de um determinado

produto/serviço. Nos serviços, normalmente existe a relação contínua com os clientes, enquanto que com os bens há uma relação impessoal e breve.

Mediante tais aspectos, e de acordo com a natureza desta pesquisa, segue a caracterização dos conceitos pertinentes, a começar pelo tradicional de intangibilidade.

## **2.1 Conceito tradicional de intangibilidade**

A intangibilidade para Kotler (2000) consiste em uma característica que diferencia os serviços dos produtos. Nos serviços significando a impossibilidade de observação, prova, toque e demais aspectos de percepção do ser humano na maneira imediata através das quais os produtos facilmente podem ser avaliados, de tal sorte tem-se, então, a intangibilidade no contexto universal definida como a total ausência de evidência física, que se destaca nesta diferença existente entre produtos e serviços e que interfere de maneira ímpar nas decisões de compra e no comportamento geral dos consumidores.

Entretanto, o conceito tradicional da intangibilidade pode ser complementado mediante o estudo de Laroche et al. (2001), quando apresentam as demais dimensões possíveis à intangibilidade, deixando o conceito tradicional como apenas uma das dimensões, além da genérica e da mental. Sendo assim, segue a conceituação tridimensional da intangibilidade.

## **2.2 Conceito tridimensional de intangibilidade**

Laroche et al. (2001) consideram através das três dimensões de intangibilidade que existem alguns produtos que, por agregarem novas tecnologias da informação, podem ser menos tangíveis em relação a alguns serviços. Os autores apresentam, por exemplo, que atributos de um computador de última geração, embora tangíveis na dimensão física, são de fato muito menos compreensíveis para os consumidores do que um serviço de restaurante, o qual é ilustrado através do serviço de uma pizzaria.

Para uma melhor compreensão do acontecimento relatado acima, é pertinente que sejam então citadas as três dimensões propostas pelos autores para a intangibilidade:

- **Intangibilidade física:** definida como a inacessibilidade aos sentidos, referente aos aspectos de contato do consumidor com o produto, melhor exemplificados através da capacidade do tato, de poder o produto ser tocado;

- **Intangibilidade genérica:** refere-se à maneira geral e/ou específica de como o consumidor percebe um produto em particular, ou seja, refere-se diretamente aos aspectos e atributos de um produto ou serviço perante o consumidor;
- **Intangibilidade mental:** aparece como a mais importante das dimensões no presente trabalho e é suportada pelo fato de que a intangibilidade física não assegura uma representação perfeita de um produto ou serviço ao consumidor. Pode-se dizer que nem todos os produtos tangíveis podem ser avaliados pelo consumidor, e também é verdadeiro que determinados serviços com os quais o cliente usualmente interage, são de uma mais fácil “tangibilização mental” por parte dos consumidores.

### **2.3 Conceito de risco percebido**

Conforme Laroche et al. (2001), o risco percebido é um dos aspectos presentes e que pode variar em intensidade mediante a interferência da intangibilidade em produtos e serviços. O risco percebido é uma construção mental através da qual os consumidores lidam com as incertezas mediante a possibilidade da ocorrência de conseqüências negativas possíveis. A possibilidade da ocorrência de perdas no processo de compra atua como um fator inibidor.

A intangibilidade em suas diferentes dimensões pode ampliar ou reduzir o risco percebido dos clientes de produtos e/ou serviços, sendo assim, é pertinente a análise da relação entre a intangibilidade e o risco que os consumidores percebem.

### **2.4 Relação entre a intangibilidade e o risco percebido**

Para Laroche et al. (2001), não podem ser considerados os serviços como aspectos de mercado mais complexos e difíceis de mensuração do que produtos em função da tridimensionalidade da intangibilidade. De tal sorte, nem sempre produtos serão vistos como mais seguros em termos de risco para os clientes, da mesma forma, nem sempre serviços serão problemáticos em termos da tangibilização aos clientes. O que é explicado pela capacidade da tangibilização mental desempenhada pelos consumidores.

Das três dimensões abordadas no estudo original destaca-se, em especial, a mental, o que aconteceu também no presente estudo, e vem a demonstrar que de fato quando da avaliação de produtos, ou mais evidente ainda em serviços, é que a construção mental destes, que compete por minimizar os efeitos de risco percebido, são resultado de uma introspecção dos consumidores. Importante se faz salientar que o risco não é o maior

inibidor do consumo, mas sim o risco percebido. A diferença é simples. Pode existir risco real, mas se o consumidor não o perceber não será fator inibidor ao consumo. Por outro lado, se o risco é percebido, seja ele existente ou não, será este um fator inibidor do consumo.

Bens podem ser fisicamente tangíveis e mentalmente intangíveis. Já os serviços podem ser fisicamente intangíveis e mentalmente tangíveis, com base na experiência de consumo individual de cada consumidor. Esses pressupostos definem o grau de risco percebido.

### 3 METODOLOGIA

Para a operacionalização desta pesquisa, optou-se por manter os mesmos padrões realizados no estudo norte-americano. O levantamento de dados realizado foi do tipo *survey cross-sectional*, seguindo Malhotra (2001). A técnica utilizada para a avaliação do modelo proposto foi a análise fatorial confirmatória, através da aplicação de modelagem de equações estruturais, segundo os pressupostos dos autores (Hoyle, 1995; Hair, 1998).

A coleta de dados foi realizada em ambiente universitário, o que é explicável mediante dois aspectos: a capacidade de julgamento dos agentes envolvidos quanto ao consumo de determinados produtos e de serviços, e a aplicação metodológica idêntica ao estudo original.

A validação do modelo teórico proposto culminou com a indispensável tradução e ajustes ao instrumento de coleta originalmente utilizado por Laroche et al. (2003), para a mensuração e avaliação das relações dos seguintes construtos:

- Intangibilidade – tridimensional (física, genérica, mental);
- Risco percebido.

A validação de conteúdo do instrumento de coleta foi efetuada através do método de juízes, sendo estes acadêmicos e práticos da área de *marketing*. Esse instrumento de coleta de dados depois de validado ainda sofreu o processo de pré-testagem, aplicado a 20 alunos da população-alvo, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais de entendimento e preenchimento. O pré-teste realizado não apresentou problemas de entendimento do instrumento de coleta, o que efetivamente o tornou válido e aplicável.

Para Hair (1998), a avaliação do instrumento deve ser realizada através do cálculo de confiabilidade *alpha de cronbach*, o que de fato foi realizado e onde os resultados resultaram como satisfatórios. Malhotra (2001) diz que o *alpha de cronbach* confiável e satisfatório em termos de consistência interna deve apresentar resultados acima de 0,6 o

que ocorreu no estudo. Diante dos resultados obtidos e de sua semelhança aos do estudo original, fica demonstrado que a escala utilizada é adequada à realidade brasileira.

Nas universidades, a intangibilidade foi mensurada através das três dimensões originais da escala proposta por Laroche et al. (2003) – intangibilidade mental, física e genérica, sendo composta por um conjunto total de doze indicadores, os quais presentes no instrumento de coleta através de escalas de intensidade. A tradução reversa no instrumento de coleta foi realizada para a adaptação do instrumento americano a ser utilizado de forma adequada no Brasil, mantendo a sua integridade. Na tradução reversa a primeira etapa consistiu em tradução, a segunda, na análise e ajustes, para uma posterior tradução reversa, ou seja, do português para o inglês novamente, para a verificação da precisão de entendimento e para que não sejam perdidos atributos das questões no momento da tradução para o português.

Para a mensuração de cada um dos indicadores da escala, respeitou-se a sua configuração original, através da aplicação de escala do tipo Likert de 5 pontos. O risco percebido foi operacionalizado a partir da escala proposta no modelo original. Para a mensuração de cada um dos indicadores do construto de risco percebido, respeitou-se a configuração original proposta por Laroche et al. (2003), também com Likert de 5 pontos.

A forma de coleta adotada foi a de abordagem direta com a aplicação do questionário, sendo que as universidades utilizadas encontram-se no Rio Grande do Sul, na região da Grande Porto Alegre. O processo de amostragem para aplicação do instrumento de pesquisa foi por conveniência, seguindo os pressupostos do estudo original. A coleta resultou em 853 questionários válidos, em levantamento realizado ao final de junho do ano de 2004.

#### **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS / FATORIAL**

A apresentação dos resultados da análise de correlações, e da análise fatorial confirmatória, ao encontro do que é proposto por Hoyle (1995) e Hair (1998), foram realizadas de forma subsequente. Tal procedimento objetivou verificar as possibilidades de relações, além de verificar a consistência das relações teóricas propostas.

Ao encontro dos resultados do estudo original de Laroche, Bergeron e Goutaland (2003), a análise fatorial confirmou semelhança de comportamento na realidade brasileira.

Quadro 1 - Análise Fatorial

Variáveis	Intangibilidade mental	Intangibilidade física	Intangibilidade genérica	Risco	Confiabilidade $\alpha$
V 08 (Mental)	,838 ,833				,8922
V 07 (Mental)	,831 ,786				
V 06 (Mental)	,708				
V 09 (Mental)					
V 05 (Mental)					
V 02 (Física)		,891 ,863			
V 04 (Física)		,784			
V 01 (Física)					
V 12 (Genérica)			,892 ,578		,6364
V 11 (Genérica)					
V 14 (Risco)				,863 ,820	,7746
V 13 (Risco)				,789	
V 15 (Risco)					

Fonte: Coleta de dados, 2004.

A análise fatorial do presente estudo obteve comportamento similar e de mesma ordem do estudo original, comprovando o ajuste do modelo.

As questões 03 e 10 do instrumento de coleta, da mesma forma que no estudo original, comprovaram não serem integrantes do presente agrupamento de fatores. De tal sorte foram desconsideradas da mesma forma que em Laroche, Bergeron e Goutaland (2003).

Os resultados de confiabilidade obtidos são considerados satisfatórios, respondendo pelos valores descritos abaixo:

- Intangibilidade mental ( $\alpha = 0,8922$ );
- Intangibilidade física ( $\alpha = 0,8949$ );
- Intangibilidade genérica ( $\alpha = 0,6364$ );
- Risco ( $\alpha = 0,7746$ ).

Os resultados podem ser considerados satisfatórios quanto à consistência interna do *alpha de Cronbach*, em razão do que menciona Malhotra (2001), onde se tem como menor valor a ser aceito 0,6. O comportamento dos *alphas* obtidos também é de mesma ordem dos encontrados no estudo original, oscilando em pequena margem. Através de tais resultados é possível a conclusão de que a escala utilizada no estudo original está adequada também para a realidade encontrada no Brasil.

Quadro 2 - Correlações

	Int. física	Int. mental	Int. genérica	Risco
Intangibilidade física	1	** ,568	** ,534	,131 **
Intangibilidade mental	** ,568	1	** ,497	,259 **
Intangibilidade genérica	** ,534	** ,497	1	,126 **
Risco	** ,131	** ,259	** ,126	1

Fonte: Coleta de dados, 2004.

Legenda: (\*\*) = significância  $p < 0,01$ .

A correlação de *Pearson* encontrada é significativa na margem de 0,01 o que demonstra a existência da relação entre as dimensões da intangibilidade com o risco. A relação mais forte se dá entre a intangibilidade mental e o risco, o que vai ao encontro dos resultados obtidos no estudo norte-americano. Além da correlação de *Pearson* ser  $p < 0,01$  para todos os casos, a força da carga também é de mesmo comportamento na comparação entre os estudos.

Em virtude da necessidade de um melhor dimensionamento numérico dos resultados obtidos, são apresentados abaixo os detalhes da realização da análise fatorial confirmatória.

As medidas absolutas de ajustamento aplicadas, que determinam o grau em que o modelo geral prediz a matriz de covariância ou de correlação observada (Hair, 1998), foram: Qui-quadrado sobre graus de liberdade ( $\chi^2 / GL$ ), *Goodness-of-fit* (GFI) e *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA). Já as medidas comparativas de ajustamento, que comparam o modelo proposto ao modelo nulo (*null model*), foram:

*Adjusted Goodness-of-fit* (AGFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI) e *Comparative Fit Index* (CFI). Os resultados apresentados indicam adequados índices de ajustamento, conforme padrões sugeridos por Hair (1998).

Segue abaixo a apresentação da relação entre os índices considerados:

Quadro 3 - Índices de ajustamento do modelo

Chi 2 / GL	GFI	AGFI	TLI	CFI	RMSEA
3,482	,966	,947	,969	,977	,054

Fonte: Coleta de dados, 2004.

Quadro 4 - Parâmetros estimados

Risco intangibilidade física ←	-,109	p = ,081 (N/S)
Risco intangibilidade mental ←	,312	p = ,010 (confirmado)
Risco intangibilidade genérica ←	,073	p = ,345 (n/s)

Fonte: Coleta de dados, 2004.

Conforme pode ser vislumbrado no quadro 4, na estimação de parâmetros as dimensões física e genérica da intangibilidade não apresentaram significância perante o risco; por sua vez, a intangibilidade mental apresentou significância ( $p = 0,01$ ), confirmando que exerce influência em sua relação ao risco. A intangibilidade mental impacta no risco percebido.

Em virtude da significância da intangibilidade mental perante o risco, segue o modelo estrutural proposto pelos autores no qual é apresentada a força dessa relação:

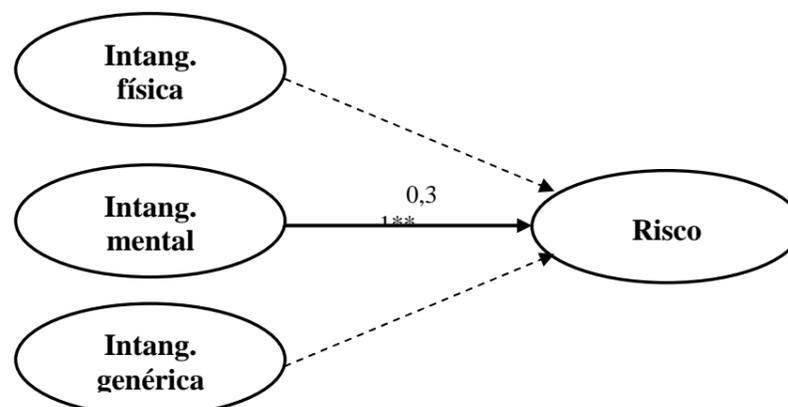


Figura 1 – Modelo estrutural

Fonte: coleta de dados (2004); modelo adaptado de Laroche, Bergeron e Goutaland (2003).

Legenda: (\*\*) e (—) = Significativo  $p < 0,01$ ; (---) Representando as relações não significativas.

Através da figura 1 é possível afirmar que a intangibilidade mental é de fato a única que exerce influência ao risco percebido pelos consumidores. As demais dimensões de intangibilidade, portanto, não afetam o processo de decisão dos consumidores.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO**

Considerando as três dimensões da intangibilidade, primeiramente apresentadas pelos autores Laroche, Bergeron e Goutaland (2003), pode-se afirmar que de fato essas dimensões exercem impacto no risco percebido.

Os resultados deste estudo realizado no Brasil direcionam de forma significativa para a confirmação de um ajuste natural do modelo devido a sua natureza de comportamento similar ao original norte-americano, comprovando as relações entre intangibilidade e risco.

Para o entendimento da importância deste estudo, primeiramente devem ser compreendidas as três dimensões que representam os níveis de intangibilidade existentes, as quais impactam nas decisões de compra dos consumidores e estão significativamente correlacionadas, conforme pode ser verificado na discussão dos resultados deste estudo.

Respondem estas como intangibilidade física, genérica, e mental, quebrando assim as definições mais clássicas e difundidas da intangibilidade como sendo algo referente apenas ao palpável e ao produto ou resultado físico de um serviço. A concepção de intangibilidade mental ganha força quando se torna perceptível para os clientes que muitos serviços são de uma natureza mental muito mais tangíveis em comparação a produtos desconhecidos, o que é intimamente associado ao risco percebido, o que exerce reflexos significativos no mercado.

A importância da intangibilidade mental é fortemente associada com o impacto da tomada de decisão do consumidor. Verifica-se ainda que nem todos os bens são tangíveis e nem todos os serviços são intangíveis, e isto é possível graças a esta visão da intangibilidade em suas três dimensões, onde a intangibilidade mental passa a ser fator decisivo no comportamento do consumidor, principalmente por impactar diretamente no risco percebido.

Como conclusão mais significativa deste estudo, da mesma forma que no original, foi verificado que apenas a intangibilidade mental exerce impacto no risco percebido, comprovando que esta é de fato antecedente ao risco percebido pelos consumidores.

A maior noção mediante este estudo a ser absorvida pelos atuantes no mercado é a da importância de minimizar para os consumidores a percepção de risco existente nos

produtos ou serviços da empresa, para que estes concretizem suas transações com a organização.

Compete aos agentes de *marketing* a missão de desenvolver novos métodos e ações que possam tornar suas ofertas tangíveis aos olhos dos seus clientes e desta forma eliminar, ou ao menos minimizar, os elementos os quais geram o risco percebido aos consumidores.

## REFERÊNCIAS

HAIR, Joseph F. **Multivariate Data Analysis**. 5.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HOYLE, Rick H. **Structural Equation Modeling: Concepts, Issues, and Applications**. London: SAGE, 1995.

KOTLER, Philip. **Marketing para o Século XXI**. 6.ed. São Paulo: Futura, 2000.

LAROCHE, Michel; BERGERON, Jasmin; GOUTALAND Christine. *How Intangibility Affects Perceived Risk: The Moderating Role of Knowledge and Involvement*. **The Journal of Services Marketing**, v.17, 2003.

LAROCHE, Michel; BERGERON, Jasmin; GOUTALAND Christine. *A Three-Dimensional Scale of Intangibility*. **The Journal of Services Research**, v.4, 2001.

MALHOTRA, Nasaresh. **Pesquisa de Marketing: uma Orientação Aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

# A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL

*Joaquim Luiz Rodrigues Dorneles<sup>1</sup>*

*Stefania Eugenia Barichello<sup>2</sup>*

## RESUMO

Com a entrada em vigor do novo Código Civil em 2003, o contabilista responde civilmente pelos atos relativos à escrituração contábil e fiscal praticados por este e quando houver danos a terceiros. Essas mudanças implicam na melhoria da qualidade das informações de negócio, promovendo mais transparência, beneficiando os controles internos da corporação. Essa nova regra é muito importante para a classe contábil, porque além de protegê-la, valoriza princípios éticos e evita que os contadores venham a ser submetidos a eventuais pressões de qualquer natureza para modificar a realidade contábil da empresa.

**Palavras - Chave:** contabilista, escrituração e novo Código Civil.

## ABSTRACT

*With the new Civil Code the Accountant answers civilly for the relative acts to the bookkeeping and fiscal practised by this and when it will have damages third. These changes had implied in the improvement of the quality of the business information, having promoted more transparency, benefiting the internal controls of the corporation. This new rule is very important for countable classroom, because besides protecting it, values ethical principles and prevents that the accountants come to be submitted the eventual pressures of any nature to modify the countable reality of the company. Since before, they only counted on Code of Ethics of the Advice of Accounting and now, they will be supported by the new Civil Code.*

**Keywords:** accountant, bookkeeping and New Civil Code

## 1 INTRODUÇÃO

O novo Código Civil, Lei 1406/02, revogou não só o Código Civil de 1916, mas também a primeira parte do Código Comercial, consolidando nesse diploma não só normas de Direito Civil como de Direito Comercial, as quais possuem grande importância para a classe contábil já que informações jurídicas são constantemente utilizadas no desempenho

---

<sup>1</sup> Professor Ms. Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Maria.  
(sbarichello@yahoo.com.br)

de suas atividades. Foram introduzidas algumas alterações nos procedimentos contábeis das empresas, bem como em relação à responsabilidade do contador.

Um dos objetivos do novo Código Civil é reestruturar as instituições empresariais regidas por leis que, além de estarem superadas pelo desenvolvimento econômico-social, estejam servindo de cobertura de privilégios.

Os contabilistas brasileiros tiveram suas atividades destacadas de forma ampla no novo Código Civil, que assegura à categoria suas prerrogativas profissionais, mostrando à sociedade sua importância no âmbito das relações empresariais e sociais.

## **2 PREPOSTO E PREPONENTE**

No novo Código Civil o contabilista é considerado preposto dos seus clientes e, como tal, é pessoalmente responsável perante os proponentes pelos atos culposos que praticar no exercício de suas funções. Perante terceiros, é responsável solidariamente com o proponente pelos atos dolosos que praticar.

O preposto pode ser um auxiliar direto, um empregado, um subordinado, uma pessoa que recebe ordens de outra ou um profissional liberal responsável por uma determinada atividade, enquanto que o preponente é quem constitui, em seu nome, por sua conta e sob sua dependência, para se ocupar dos negócios relativos a suas atividades. O preponente é o patrão, empregador ou titular do negócio.

O preposto deve exercer suas funções com muito zelo e diligência, pois embora pratique seus atos em nome do titular, poderá responder pelo uso inadequado da preposição.

Conforme o disposto no artigo 1169, a condição de preposto é personalíssima não podendo, sem autorização escrita do preponente, fazer-se substituir no desempenho da preposição. Na hipótese em que o preposto põe outra pessoa em seu lugar para atuar como tal, sem o consentimento expresso, será pessoalmente responsável pelos atos do substituto e pelas obrigações que este venha a contrair.

Em caso de negociação ou a prática de qualquer atividade que venha concorrer com a do preponente, o contabilista necessita de anuência prévia do preponente. Quanto a isso, o novo Código Civil dispõe em seu artigo 1170 que “o preposto, salvo autorização expressa, não poderá negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, sob pena de responder por perdas e danos e de serem retidos pelo preponente os lucros da operação”.

A Lei traz como prepostos o gerente ou o contabilista e seus auxiliares. O artigo 1172 caracteriza o gerente como “o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência”, podendo ainda estar em juízo em nome do preponente pelas obrigações decorrentes do exercício da sua função. O contabilista é agora enquadrado e não mais somente empregado ou assessor e consultor das empresas, ficando assim submetido às determinações expressas no código e na legislação extravagante. Ele responderá pelos “assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, que produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele”, em conformidade com o artigo 1177.

### **3 CONTABILISTA E OUTROS AUXILIARES**

Os artigos 1.177 e o 1.178 da seção III – “Do contabilista e outros auxiliares”, definem a responsabilidade civil do contabilista pelos atos relativos à escrituração contábil e fiscal praticados por este e, quando houver danos a terceiros, responde solidariamente com seu cliente.

Esses artigos deixam claras as responsabilidades civis do profissional e entendemos que há algumas considerações a fazer sobre eles, em especial as três situações que se referem à responsabilidade do contabilista:

- a) A responsabilidade do contabilista, tratada no art. 1.177, como preposto, perante o preponente e perante terceiros;

A responsabilidade sobre a escrituração é do preponente, mesmo que seja executada pelo contabilista e desde que este não tenha agido de má-fé. E quando o dolo atingir a terceiros o contabilista responderá solidariamente com o preponente, ou em outras palavras com o sócio-gerente da sociedade. O contabilista poderá ainda sofrer as sanções judiciais cabíveis, o que em parte já era abordado pelo Código Civil anterior em seu artigo 159.

- b) O serviço executado dentro dos limites da empresa;

Conforme o disposto no artigo 1178, os atos praticados pelos prepostos, sejam eles contabilistas ou auxiliares, no estabelecimento do preponente e que sejam relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito, tornam o preponente responsável por eventuais problemas junto aos clientes, fornecedores e quaisquer pessoas a eles vinculados. Essa responsabilidade decorre do fato de que aos terceiros é assegurada a presunção de que os prepostos estão autorizados a praticar aqueles atos.

- c) O serviço exercido fora dos limites da empresa;

Já nas hipóteses em que os trabalhos forem realizados pelo contabilista fora do estabelecimento, o preponente responderá apenas pelos limites dos poderes conferidos por escrito. Os atos praticados pelo contabilista que extrapolem os poderes conferidos são de sua exclusiva responsabilidade e por eles responderá e o preponente responderá apenas pelos limites dos poderes conferidos por escrito. Este fato está diretamente relacionado com o artº. 1.521, do Código Civil anterior, que trata da reparação civil, em seu item III que citamos – “artigo 1.521. São também responsáveis: III - o patrão, amo ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou por ocasião dele”.

O dispositivo do novo Código Civil que melhor explicita as três hipóteses mencionadas acima é o artigo 1.178, o qual diz que:

Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa ainda que não autorizados por escrito.

Parágrafo único - Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.

Analisando esses artigos do novo Código Civil vemos que a especificação das atribuições do contabilista em contrato já deveria ser prática usual na contratação e que, embora muitos não o façam, agora tem sua necessidade e obrigatoriedade evidenciada.

Desta forma, faz-se indispensável o contrato de prestação de serviços contábeis por escrito, devidamente assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas. Nesse instrumento deverão constar de forma inequívoca os direitos e obrigações das partes.

É importante também para a preservação da integridade moral, penal e patrimonial do contabilista, que se este for agir em nome do seu cliente ou preponente, exija sempre um instrumento procuratório, pois somente com uma procuração ou carta de preposição poderá praticar os atos necessários, observando os limites dos poderes contidos no respectivo mandato.

## **4 ESCRITURAÇÃO**

### **4.1 Forma de escrituração**

A escrituração pode ser definida como sendo o ato de registrar as operações exercidas e comprovadas que ocorrem no decorrer de um período. A escrituração tem a função de relatar o passado, para que se tenha idéia do que se passará no futuro.

No que diz respeito à escrituração, o novo Código Civil determina, em seu artigo 1.179, que “o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico”.

O contabilista deve, portanto, cumprir as determinações previstas nos artigos 1.179 a 1.195 do novo Código Civil, observando o que dizem os princípios fundamentais da contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

Conforme Silva e Brito (2003, p. 53),

A escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade, e será efetuada em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

#### **4.2 Conservação e guarda da documentação**

De tal maneira, o empresário é obrigado a manter em boa conservação toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados. Já que agora deverá obedecer não só os prazos de Direito Trabalhista, Previdenciário e Tributário, mas também os prazos do Direito Civil que pode ser de até 10 anos.

No novo diploma legal percebe-se de forma clara a transferência da responsabilidade ao preposto no tocante à entrega de documentos, quando o código no seu artigo 1171 determina que será considerada perfeita a entrega de papéis, bens ou valores ao preposto, encarregado pelo preponente, se os recebeu sem protesto, salvo nos casos em que haja prazo para reclamação.

Conforme Silva e Brito (2003, p. 178), quando

tais papéis, bens ou valores estiverem acima das funções poderá o preposto protestar para não se responsabilizar por aquilo que não vai aplicar para desenvolver as suas atividades, mas se recebidos sem quaisquer protesto, será o responsável por tudo devendo prestar conta a qualquer momento ao preponente quando solicitado.

Portanto, não havendo o efetivo controle e conferência, qualquer documento ou livro supostamente entregue ao contabilista e que venha a ser extraviado ou desapareça, poderá a empresa, de forma maldosa ou não, imputar a responsabilidade ao profissional.

## **5. Demonstrações Contábeis**

O novo código incorporou o lado prático da contabilidade e passou a tratar também da escrituração contábil e seus demonstrativos, fortalecendo a posição do profissional da contabilidade, que passou a ter codificados aspectos fundamentais da sua profissão, gerando assim uma maior visibilidade junto à sociedade.

Conforme o disposto nos artigos 1.188 e 1.189 do novo Código Civil, o balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo. Já o balanço de resultado econômico, ou demonstração da conta de lucros e perdas, acompanhará o balanço patrimonial e dele constarão crédito e débito, na forma da lei especial.

Confirmando esta posição, determina o código que os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele. O código vai mais além, tratando de forma detalhada de pontos importantes sobre os livros contábeis, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico.

### **5.1 Obrigatoriedade do livro diário**

O código dispõe, em seu artigo 1.180, que as organizações estão obrigadas a manter o uso do Diário. No entanto autoriza substituí-lo por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. Porém, parágrafo único do mesmo artigo, diz que a adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

O empresário e a sociedade empresária, entre as quais as sociedades limitadas, são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva (art. 1.179 do novo Código Civil).

Ressalvada a obrigatoriedade do livro diário, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

O empresário rural e o pequeno empresário são dispensados das exigências de manutenção de sistema de contabilidade, mas não ficam desobrigados, para registro de suas operações, do uso do livro diário ou fichas, no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica (§ 2º do art. 1.179 do novo Código Civil).

Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. A autenticação não se fará sem que o empresário, ou a sociedade empresária, esteja inscrito no mesmo órgão. (art. 1181).

## **5.2 Valor probante da escrituração**

A escrituração contábil, quando formalmente elaborada, observando-se os princípios contábeis e requisitos essenciais de registro, tem valor probante para todos os efeitos judiciais e extrajudiciais, apresentando os mesmos efeitos como se o fossem por aquele, salvo se houver procedido de má-fé. Portanto, cumpre ao contador assegurar, na escrituração dos atos constitutivos e posteriores alterações contratuais que demandem registros contábeis, a certeza manifesta de todas as determinações desses atos societários, bem como evidenciar os respectivos números de registro que embasem sua escrituração (art. 1.177 do novo Código Civil).

A necessidade de apuração de resultados e da apresentação do balanço econômico, com definição clara da responsabilidade do profissional contábil na apresentação desses relatórios, valoriza aquele contabilista que executa sua atividade dentro das regras e condutas éticas.

## **6. CONCLUSÃO**

As mudanças trazidas no bojo do novo Código Civil implicaram na melhoria da qualidade das informações de negócio, promovendo mais transparência, beneficiando os controles internos da corporação. Essa nova regra é muito importante para classe contábil, porque, além de protegê-la, valoriza princípios morais e éticos e evita que os contadores venham a ser submetidos a eventuais pressões de qualquer natureza para modificar a realidade contábil da empresa. Agora, os contabilistas que anteriormente estavam amparados somente pelo Código de Ética do Conselho de Contabilidade, podem contar também com o novo Código Civil.

O novo Código Civil veio, de forma frontal, responsabilizar também o contabilista que age de forma voluntária, conivente e dolosa junto com o preponente. O que reforça a posição de que o profissional deverá atuar com zelo, diligência e observância às normas legais, contábeis e de forma ética, sob pena de, em alguns pontos, eximir o empresário das

responsabilidades e quando não, respondendo solidariamente pelos seus atos imprudentes ou ilícitos.

O contabilista deve primar sempre pela ética e pela moral e precisa estar mais atento, pois a responsabilidade expressa na nova Lei poderá penalizar o profissional da contabilidade. A responsabilidade civil perante os atos de escrituração contábil aumentou, valorizando assim o contabilista que executa sua atividade dentro das regras e condutas éticas, porém o profissional da área contábil precisa tomar os cuidados necessários, deixando claro ao seu contratante até onde vai a sua responsabilidade, mediante um contrato de prestação de serviços contábeis.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil brasileiro.

**COZZA, Mario.** Novo Código Civil do direito de empresa. **Porto Alegre: Síntese, 2002.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 803 de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC.

FELIPE, Jorge Franklin Alves & ALVES, Geraldo Magela. **O Novo Código Civil Anotado.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LISBOA, Lázaro Plácido (org.). **Ética Geral e Profissional em Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional.** São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, Lázaro da Rosa e BRITO, Valdir Bezerra de. **O Novo Código Civil para Contadores.** São Paulo: IOB, Thomson, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo (org.). **Novo Código Civil: Texto Comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916.** São Paulo: Atlas, 2002.

# O QUE É GEOMÁTICA?

Maria Elaine dos Santos León<sup>1</sup>

Pedro Roberto de Azambuja Madruga<sup>2</sup>

## RESUMO

O geoprocessamento é uma área do conhecimento que vem crescendo cada vez mais por utilizar técnicas computacionais relacionadas com a coleta, armazenamento e o tratamento de informações espaciais ou georreferenciadas. Essas informações têm como característica principal a localização e estão ligadas a uma posição específica do globo terrestre por meio de suas coordenadas. Para tanto é necessário que seja assegurada a qualidade dos dados adquiridos, processados, que resultem em informações com qualidade representando corretamente a realidade encontrada.

**Palavras-chave:** geoprocessamento, informações espaciais, coordenadas geográficas, georreferenciamento.

## ABSTRACT

*The geoprocessing is an area of the knowledge that comes more growing each time for using related computational techniques with the collection, storage and the treatment of spatial or georeferencing informations. These informations have as characteristic main the localization and are on to a specific position of the globe by means of its coordinates. For in such a way it is necessary that the quality of the acquired data is assured, processings, that result in information with quality representing correctly the joined reality.*

**Keywords:** *geoprocessing, spatial informations, geographic coordinates, georeferencing.*

## 1 INTRODUÇÃO

As atividades ligadas a coleta, processamento e análise de dados espaciais (levantamentos) e sua representação (mapeamento) se baseiam no agrupamento de uma série de ciências e tecnologias, podendo-se citar como as mais tradicionais a geodésia, fotogrametria e a cartografia. Essas atividades incluem-se dentre aquelas que mais espetacularmente vêm sentindo e absorvendo o surgimento e o avanço de novas tecnologias. O Sistema de Posicionamento Global (GPS), por exemplo, permite maior agilidade na fase de levantamento de dados, ao passo que o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) amplia o leque dos problemas a serem enfocados. Todo esse crescimento provocado pela revolução tecnológica demandou o surgimento de um termo que congregasse as ciências e tecnologias tradicionais com as novas tecnologias e os novos

---

<sup>1</sup> BSc. em Informática, mestranda em Geomática – Centro de Ciências Rurais – Programa de Pós-Graduação em Geomática – PPGG - UFSM/ Santa Maria/RS/Brasil – email:meleon@provesul.com.br

<sup>2</sup> Eng. florestal, dr. em Eng. Florestal, docente da disciplina de Sistemas de Informação Geográfica I - Centro de Ciências Rurais – Programa de Pós-Graduação em Geomática – PPGG - UFSM/ Santa Maria/RS/Brasil.

campos de aplicação abertos por estas últimas, sendo criada para tanto a Geomática. Este termo, usado pela primeira vez em 1975 por D. Dubuisson, geodesta e fotogrametrista francês, tem sido aceito e utilizado de forma cada vez maior pela comunidade internacional, formada por especialistas das atividades de levantamento e mapeamento, notadamente desde o começo dos anos 90 (Santos, 2004).

## 2 GEOMÁTICA

Sendo definida pela *International Standards Organization*, a Geomática consiste em um campo de atividades que, usando uma abordagem sistemática, integra todos os meios utilizados para a aquisição e gerenciamento de dados espaciais necessários como parte de operações científicas, administrativas, legais e técnicas envolvidas no processo de produção e gerenciamento de informação espacial. Essas atividades incluem, entre outras, a cartografia, o apoio topográfico, o mapeamento digital, a geodésia, os sistemas de informações geográficas, a hidrografia, o gerenciamento de informações da terra, os levantamentos topográficos, o levantamento de minas, a fotogrametria e o sensoriamento remoto.

A Geomática não é um campo novo. Na verdade, ela representa uma evolução do campo de atividades de levantamentos e mapeamento dentro de uma abordagem ou visão baseada em sistema. É um termo que envolve e congrega as disciplinas de levantamento, cadastro, mapeamento, sensoriamento remoto e SIG (Santos, 2004).

O surgimento do termo Geomática oferece a oportunidade de se prover uma base científica, matemática e institucional para o gerenciamento e aplicação dessas tecnologias, ao mesmo tempo que permite que uma audiência mais ampla seja alcançada, reconhecendo que os usuários das diversas aplicações dessas tecnologias são importantes para o desenvolvimento desta atividade, sendo muitas vezes parte integrante deste desenvolvimento.

Sendo, então, a Geomática uma ciência, têm-se o geoprocessamento como uma área do conhecimento humano que pode ser definido como um conjunto de técnicas e metodologias que implicam na aquisição, arquivamento, processamento e representação de dados georreferenciados (CIEG, 1999), como demonstra o esquema abaixo (ver Figura 1):

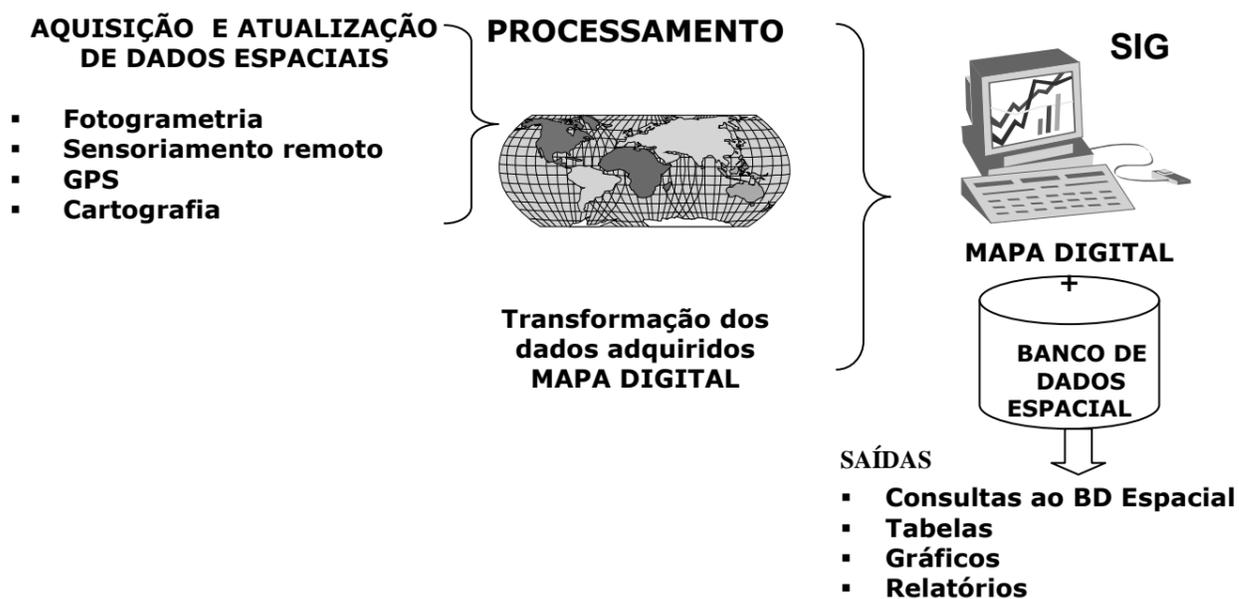


Figura 1. Aquisição, atualização e processamento de dados espaciais para implementação de um Sistema de Informações Geográficas. Organização: León, M.E.S. (2004)

## 2.1 Fotogrametria

É a ciência e tecnologia de obter informações confiáveis através de processos de registro, interpretação e mensuração de imagens.

A fotogrametria encontra seu maior campo de aplicação na elaboração de mapas em colaboração com outras ciências como a geodésia e a cartografia. Neste campo, as imagens fotográficas são utilizadas para o posicionamento de pontos da superfície terrestre, ou mesmo de outros astros, e para mapear temas do objeto fotografados, tais como: rede de drenagem, florestas, culturas, rede viária, feições geológicas, tipos de solo, etc. (Andrade, 1998).

A parte da fotogrametria que trata das fotografias aéreas é conhecida como aerofotogrametria e engloba o maior número de aplicações da área (Andrade, 1998).

A aerofotogrametria é constituída de um vôo fotogramétrico, tecnicamente executado com o objetivo de se obter a cobertura aerofotogramétrica de uma área. A cobertura aerofotogramétrica visa a obter a representação de toda a área em modelos estereoscópicos obtidos pela superposição de duas ou mais fotos sucessivas (RIPSA, 2000), ver figura 2.

Os vôos são planejados em uma escala, objetivando atender a determinadas demandas de reconhecimento e mapeamento digital (RIPSA, 2000).



Figura 2. Seqüência de modelos estereoscópicos utilizados em aerofotogrametria  
Fonte: RIPSA(2000) Organização: León, M.E.S. (2004)

## 2.2 Sensoriamento Remoto

É a ciência e a arte de obter informações de um objeto, área ou fenômeno, através da análise de dados adquiridos por dispositivo que não está em contato com o objeto, área ou fenômeno sob investigação (Silva, 1995).

Os produtos provenientes de sensores remotos orbitais são mais fortemente utilizados nas diferentes áreas temáticas voltadas aos estudos ambientais, em aplicações que não necessitem de grande definição de escala (RIPSA, 2000).

As imagens-satélite são obtidas através de sensores a bordo de satélites, por rastreamento da superfície terrestre ou *scanning*, como apresenta a figura 3.



Figura 3. Técnica de obtenção de imagens orbitais (*scanning*)  
Fonte: RIPSA(2000) Organização: León, M.E.S. (2004)

As imagens de satélite oferecem uma rica fonte de dados ambientais, que tende a ser cada vez mais importante e solicitada pela crescente comunidade de usuários da tecnologia do geoprocessamento. O nível de informação possível de ser obtido nestas imagens é variável e depende de uma série de situações relacionadas diretamente com o tipo de sensor utilizado, embora a principal delas seja vinculada a resoluções inerentes à captura do dado. Do ponto de vista técnico-científico, imagens de sensoriamento remoto vêm servindo de fonte de dados para diversos estudos e levantamentos. Acima de tudo, essas imagens passaram a representar uma das formas mais viáveis de monitoramento ambiental em escalas locais e globais, devido à rapidez, eficiência e periodicidade que as caracterizam (RIPSA, 2000).

### 2.3 Sistema de Posicionamento Global (GPS)

É um sistema de informação que serve aos propósitos do sistema objeto do Departamento de Defesa dos EUA, e pode ser sintetizado no seguinte modelo (figura 4).

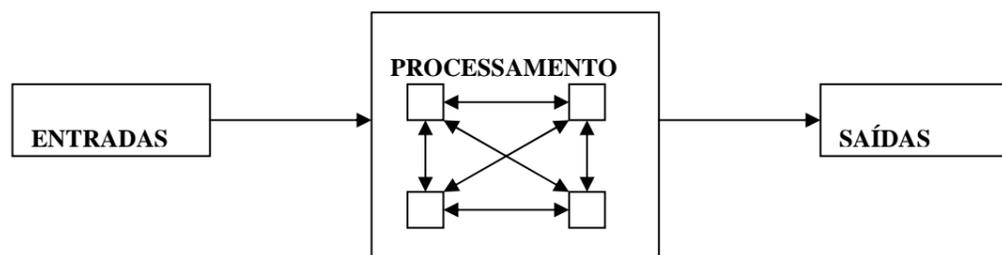


Figura 4. Exemplo de funcionamento de um sistema GPS

Fonte: Rocha (2000) Organização: León, M.E.S. (2004)

Onde:

- Entradas: representam o sinal do satélite com as informações básicas para o cálculo da posição;
- Processamento: é o cálculo da posição realizado pelos receptores e o cálculo processado pelo segmento de controle dos parâmetros orbitais dos satélites;
- Saídas: representam a posição exata de uma entidade na superfície da terra.

Segundo Rocha (2000), o GPS é um sistema de radionavegação baseado em satélites que permitem aos usuários em terra, mar e ar determinarem suas posições tridimensionalmente (latitude, longitude e altitude), velocidade e hora, 24 horas por dia, independente de condições atmosféricas, em qualquer lugar do mundo.

#### 2.3.1. Componentes

Segmento espacial: é composto por uma constelação de 24 satélites operacionais distribuídos em 6 planos orbitais (figura 5) de modo que se consegue de 4 a 8 satélites observáveis simultaneamente a qualquer hora do dia (Farret, 2003).

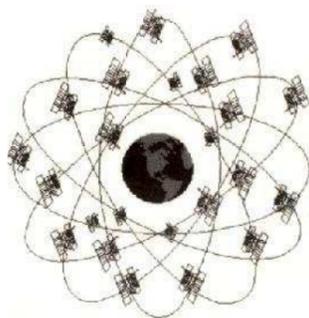


Figura 5. Segmento espacial: distribuição dos satélites ao redor da Terra.

Fonte: Rocha (2000) Organização: León, M.E.S. (2004)

Segmento de controle: é responsável pela monitoração, geração, correções e avaliação de todo o sistema. Existe uma estação central (*master*) nos EUA (Colorado Springs, Colorado) e outras estações monitoras em toda a Terra (Farret, 2003), ver figura 6.



Figura 6. Estação de controle e rede monitora.

Fonte: Rocha (2000) Organização: León, M.E.S. (2004)

Segmento de usuários: são todos que se utilizam do sistema e vão desde usuários menos exigentes em termos de precisão como navegadores, esportistas e montanhistas até usuários que necessitam de maior precisão como nas áreas de geodésia, engenharia e topografia, etc (Farret, 2003).

O sistema GPS possibilita a condição mínima para navegação. Assim, em qualquer lugar do mundo e a qualquer momento, existem, pelo menos, 4 satélites acima do plano do horizonte do observador (Rocha, 2000).

## 2.4 Cartografia

É a arte do levantamento, construção e edição de mapas e cartas de qualquer natureza (CIEG, 1999).

### 2.4.1. Mapa

É a representação gráfica, em geral uma superfície plana e numa determinada escala, com a representação de acidentes físicos e culturais da superfície da Terra, ou de um planeta ou satélite (Fitz, 2000).

### 2.4.2. Carta

É a representação dos aspectos naturais e artificiais da Terra, destinada a fins práticos da atividade humana, permitindo a avaliação precisa de distâncias, direções e a localização plana, geralmente em média ou grande escala de uma superfície da Terra obedecendo um plano nacional ou internacional de nomenclatura e identificação (Fitz, 2000).

Os dados ou informações a serem representados apresentam características específicas que devem ser trabalhadas com bastante cuidado para que um mapa possa traduzir exatamente o que se deseja, é imprescindível a utilização da fundamentação cartográfica em todas as fases do processamento de dados espaciais.

Tendo-se em vista a vasta aplicabilidade e necessidade de representar a realidade através de informações espaciais de forma organizada e padronizada, incluindo acuracidade, precisão, recursos matemáticos de projeções cartográficas, *datum* para a determinação de coordenadas e ainda recursos gráficos de símbolos e textos, têm tido aplicações estendidas a todas as atividades que de alguma forma necessitem conhecer parte da superfície terrestre (FatorGIS, 2004).

## 2.5 Mapa Digital

A aquisição e entrada de dados para geração de mapas digitais envolve a digitalização deles, neste processo ocorre a conferência, conversão, reformatação, correção e edição, para remover erros existentes nos dados originais ou introduzidos durante a captura destes, através das técnicas de sensoriamento remoto e/ou aerofotogrametria. É necessário que se escolha o tipo de estrutura de armazenamento para os dados gráficos, considerando-se relações entre velocidade e volume, formatos matricial e vetorial e quantidade de camadas e objetos (Pina&Cruz, 1999).

### 2.5.1 Modelo Matricial ou Raster

Neste modelo, o espaço é representado regularmente subdividido em células, chamadas de elementos da matriz – *pixel*, a localização dos objetos geográficos ou as condições que os afetam são as posições das linhas e colunas da matriz nas células que ocupam (Cruz *et al*, 1999), como demonstra a figura 7.



Figura 7. Modelo matricial ou *raster* de dados espaciais.

Fonte: AONDEFICA(2004) Organização: León, M.E.S. (2004)

### 2.5.2 Modelo Vetorial ou Vector

No modelo vetorial de dados gráficos todos os objetos ou condições do mundo real podem ser representados com precisão num mapa através de pontos, linhas e/ou polígonos (Cruz *et al*, 1999), como é exemplificado na figura 8.

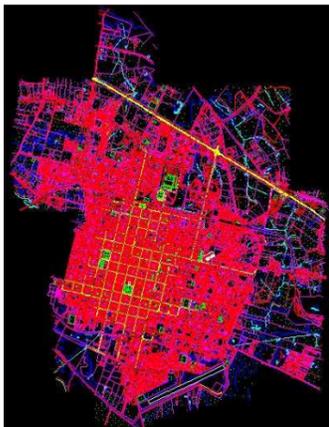


Figura 8. Modelo vetorial ou *vector* de dados espaciais.

Fonte: Aerofotogrametria Universal S.A. (1995) Organização: León, M.E.S. (2004)

### 2.6 Sistema de Informações Geográficas (SIG)

O conceito de SIG pode ser definido como um sistema combinado de equipamentos e aplicativos com procedimentos configurados para capturar, gerenciar, manipular, analisar, modular e exibir dados espacialmente referenciados, com o objetivo de otimizar questões de interpretação, planejamento e gerenciamento (Fator GIS, 2004).

O SIG é uma das formas de processamento das informações obtidas pelo sensoriamento remoto, tendo como objetivo a combinação de dados, visando a obtenção de mapeamento derivados fornecendo subsídios ao monitoramento dos recursos ambientais, geração automática de mapas cartográficos, cadastramento rural e urbano, permitindo integrar numa única base de dados, informações provenientes de diversas fontes, tais como: mapas temáticos, dados MNTs (mapas de contornos, declividades) imagens de satélite, dados tabulares na forma não-gráfica (Felgueiras&Guaraci, 1988).

O uso do SIG favorece a ampliação na obtenção de dados, a compreensão, o diagnóstico e o manejo dos sistemas de organização complexa, focalizando os fenômenos ocorrentes na superfície terrestre e os seus atributos. A potencialidade dos SIG aplica-se na análise espacial, ressaltando a sua significância para os procedimentos da modelagem. Desta maneira, a quantidade de aplicações e de problemas onde os SIGs podem atuar com contribuições substanciais é imensa. Atualmente, esses sistemas têm sido utilizados em órgãos públicos nos níveis federal, estadual e municipal, em institutos de pesquisa, empresas de prestação de serviços de utilidade pública (como exemplo podem ser citadas as companhias de água, luz e telefone), na área de segurança militar e em diversas empresas privadas (Zimmermann, 2000).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel tradicional dos profissionais da área de levantamento e mapeamento tende a se modificar. Porém, mudanças criam novas oportunidades. É difícil não se sentir fascinado pela revolução tecnológica que vivenciamos. A tecnologia não é mágica, mas sim uma ferramenta de apoio à solução de determinados problemas. E esta ferramenta traz

consigo simplificações a determinados problemas e traz, também, novos desafios. Por exemplo, não é pelo fato de se usar um receptor GPS que alguém pode se autodenominar um “geodesta”. A questão não está somente na aquisição da informação, mas sim no que fazer com ela.

A evolução da tecnologia da informação integrando qualidade ao produto final através da utilização de receptores GPS e dos SIGs, cada vez mais se tornarão difundidas e tão comuns no dia-a-dia da população como o forno de microondas. Entretanto, uma forte base científica, matemática e institucional é necessária para a construção de uma infraestrutura que permita a utilização, gerenciamento e aplicação dessas tecnologias adequadamente. Pode-se fazer uma analogia com o setor elétrico, onde uma infra-estrutura que permita ao cidadão comum fazer uso dos seus eletrodomésticos, mas essa infra-estrutura é construída e mantida por especialistas. E é neste contexto amplo que a Geomática se estabelece.

## REFERÊNCIAS

Aerofotogrametria e Aeroimagem Universal S.A. **Mapa Vetorial de Dom Pedrito desenvolvido em 1995**. Disponível em: <<http://www.aeroimagem.com>>. Acesso em Junho/2004.

AONDEFICA. **Municípios – Dom Pedrito**. Disponível em: <<http://www.aondefica.com.br>>. Acesso em Junho/2004.

CIEG. **Introdução ao Geoprocessamento**. UFPR. Disponível por <<http://www.cieg.ufpr.br>>. Acesso em Julho/1999.

CRUZ, C.B.M. *et al.* **O Uso sem Controle de Técnicas Cartográficas Alternativas e a Construção de Bases de Referência Inadequadas**. In: Anais do XIX Congresso de Cartografia: Recife, 1999.

FARRET, J. C. **Aspectos Gerais do Sistema de Posicionamento Global – GPS**. Santa Maria: UFSM, 2003. (Apostila do Programa de Pós-Graduação em Geomática).

FATORGIS. **Cartografia, Aplicações e Tendências Futuras**. Disponível por <<http://www.fatorgis.com.br>>. Acesso em Julho/2004.

FELGUEIRAS, C.A.& GUARACI, J.E. **Aplicações de Modelos Numéricos de Elevação e Integração com Imagens Digitais**. In: V Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Natal/RN. Anais... São José dos Campos: INPE, 1988.

FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. Canoas: La Salle, 2000.

PINA, M.F.& CRUZ, C.M. **Estrutura de Dados e Métodos de Aquisição de Dados**. Rio de Janeiro: LAGEOP/UFRJ, 1999.

RIPSA, Rede Interagencial de Informações para a Saúde. **Conceitos Básicos de Sistemas de Informações Geográficas e Cartografia Aplicados à Saúde**. Brasília: Organização Panamericana da Saúde/ Ministério da Saúde, 2000.

ROCHA, J.A. M.R. **GPS uma Abordagem Prática**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Catau Ltda., 2000.

SANTOS, M.C. **Afinal, o que é Geomática?** UFPR. Disponível por <<http://www.geoc.ufpr.br>> Acesso em Maio/2004.

SILVA, D. A. **Sistemas Sensores Orbitais.** São José dos Campos: Centro Técnico Aeroespacial/Instituto de Estudos Avançados, 1995.

ZIMMERMANN, F.L. **Sistemas de Informações Geográficas e Cadastramento Urbano.** Santa Maria: UFSM, 2000. (Trabalho de Graduação).

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista do CCEI publica artigos científicos e tecnológicos em português e inglês. Os assuntos tratados devem relacionar-se com as áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Informática.

Os artigos devem ser submetidos ao Conselho Editorial, via *e-mail*, em formato DOC (MS-Word for Windows), para o endereço eletrônico revista@ccei.urcamp.tche.br, com o seguinte assunto: REVISTA DO CCEI – SUBMISSÃO: <nome do artigo>. Juntamente com o artigo, os autores devem informar ao Conselho Editorial, seus endereços completos e os endereços eletrônicos dos autores.

Os artigos devem estar em formato papel A4 (21 X 29,7 cm), espaço 1,5 entre linhas, fonte Times New Roman 12, texto justificado, com margem superior e esquerda de 3,0 cm e inferior e direita de 2,0 cm. A margem de início de parágrafo deve ser de 1,0 cm a partir da margem esquerda.

Cada artigo deve conter, no máximo, 10 páginas.

A primeira página deve conter o título do artigo, o nome dos autores, resumo, palavras-chave, *title*, *abstract* e *Keywords*.

O título do artigo deve estar formatado com fonte Arial tamanho 14, em negrito, centralizado e com letras maiúsculas.

Os nomes dos autores devem estar identificados com número sobrescrito e caracterizados no rodapé da primeira página, conforme a seguinte seqüência: função, departamento, instituição, endereço, cidade e endereço eletrônico.

O resumo e seu "*abstract*" correspondente devem ter, no máximo, 200 palavras, sendo vedadas citações bibliográficas, fórmulas e equações. Sempre que possível, deve ter 1/3 sobre material e métodos, e 2/3 sobre resultados, devendo transmitir a idéia de seu conteúdo de forma clara e completa. O resumo deve ser seguido por, no máximo, seis palavras-chave identificadoras do artigo, e o "*abstract*" também deve ser seguido pelas mesmas palavras-chave em inglês ("*keywords*"). O texto do resumo e do "*abstract*" devem ser em fonte tamanho 10, justificado e com espaçamento simples.

Seções e subseções deverão ser numeradas em algarismos arábicos (iniciando na introdução com número 1), justificado à esquerda e iniciando com letra maiúscula. Antes e depois de cada subtítulo há uma linha em branco.

Em citações longas, notas de rodapé e referências, utilizar espaço simples; nas citações longas, aplicar fonte tamanho 10 e recuo esquerdo de 4 cm.

Figuras, quadros e tabelas devem estar incluídas no próprio texto, já em sua localização definitiva, numeradas com algarismos arábicos. As ilustrações não devem ser coloridas. A identificação das figuras aparece na parte inferior, alinhada à esquerda, contendo título com letra tamanho 10 e fonte da ilustração com letra tamanho 9. A identificação de quadros e tabelas aparece na parte superior, centralizada, com letra tamanho 10, e a fonte localiza-se na parte inferior, alinhada à esquerda, com letra tamanho 9.

Equações e fórmulas devem ser numeradas seqüencialmente no texto, usando algarismos arábicos.

As referências no texto, sua citação no final do artigo, e todo tipo de notas adicionais devem seguir as normas estabelecidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou ISO - *International Standards Organization*.

Os autores conservam os direitos autorais para futuras publicações. À revista, no entanto, é permitida a reprodução dos seus trabalhos.

Só serão aceitos artigos que acatarem as normas descritas. No site da Revista do CCEI encontra-se um modelo com a formatação do artigo (arquivo: template.zip - para Microsoft Word).

Os artigos serão julgados pelo corpo de revisores da REVISTA DO CCEI que levará em consideração diferentes fatores de julgamento, como relevância do tema e qualidade do trabalho, normas e metodologia.

O resultado da seleção é comunicado via e-mail, quando, então, os artigos selecionados deverão ser novamente enviados em arquivo eletrônico, formato DOC (MS-Word for Windows).

**Próxima edição: Vol. 10, Nº 17**

*Data limite para submissão: 15/12/2005*

*Publicação: Março/2006*

**Endereço para correspondência:**

URCAMP - Universidade da Região da Campanha  
CCE I - Centro de Ciências da Economia e Informática  
Av. General Osório, 2289  
Cep 96400-101 - Bagé - RS  
E-mail: revista@ccei.urcamp.tche.br  
<http://www.urcamp.tche.br/ccei/revista/revista.html>